16.020.368-6



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

SISTEMA ON-LINE DE PROCESSO - SC

NUMERO FROCESSO : 16020368-6 PROCESSO ADMINISTRATIVO

DATA PROCESSO : 08/11/2016

MATRICULA : 147642-4 RIVALDO TARGINO DA COSTA

RUA: AV DOM VITAL BAIRRO : ROGER

CIDADE : JOAO PESSOA CEP: 58020-010 TEL: 5. 6.

-	V 1	7 3 3 3 3 3 3 3 3 3			a a
1		1.7	TRAMITAC	ÃO	
		77	DESTINO		7
-	PASSO	DATA	CÓDIGO SIGLADO SET	OR SIT	DIGITADO POR
	01	08,11,16	JICG	hos	₽
	02	08/11/16	036 DEREH	1014	16
	03	09/11/16	84 66	1005	0
	04	16/11/16	047 GOPDS	1212	9
:	05	1 1.			,
	06	1- 1	da Administra		
	07	1. 1. 1.	A STEEL STEE	eg'	
	08	of the second	/	1	
-	09	1 1	E ESTADO DA PARAIBA	SOWL	,
	10		900	2//	
	11		OF RECURSOS		
	12.		Olada Amu	no T da Rogha	
	13		Maria das Graças Aqui Diretora Executiva Humanos em	de Recursos Exercício	
	15		Humanosem		
	16		: V. 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2		
-	. 17	1 1			
	18	7	. = =		1-
	19	1			
	20	1. 1.		\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \	
	21	1 1	7, 7		
	22	- / / /			
	23	1-1			1/2
	- 24				

Of the Dest



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLE INFORMATIZADO DE PROCESSO

CAPA DE PROCESSO

16.02c.368 -6

DENOMINAÇÃO		- ASSUNTO	CÓDIGO	DATA ENTREGA
	NOME	DO INTERESSADO	72	MATRÍCULA-
RUA		ENDEF	REÇO -	
BAIRRO				
CIDADE			ESTADO	
CEP		DDD		TELEFONE
	PROC- 554/2016 13/05/2016 INTERESSADO. PRESIDENTE DA CO 08:00 ASSUNTO. S/OF PROCESSO ANEXOS CÓPIA DO DIÁRIO O OBSERVAÇÕES	FÍCIAL PORTARIA N° ADMINISTRATIVO DIS	R DA CGE	A
As fur	Discipli 2.06/09/ 2.1432/2 2-13/	16 2016/65e1	05) 16 (GE / sociolaria d	DA PARAIBA



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO GERAL GERAL

Fls. Of Estado

Portaria Nº 0011/2016/GSC/CGE

João Pessoa, 20 de abril de 2016

ESTADO DA PARAÍBA ON RECURSOS INTERPRETARIOS DE RECURSOS DE RECURSO DE RECURSO DE RECURSOR DE RECURSO D

A SECRETÁRIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso III alínea "a", da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, combinado com os artigos 131, 134 a 140 da Lei Complementar nº 58 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Art. 1º - Designar JOHN KENNEDY FERREIRA, matrícula nº 146.807-6, JARINEIDE PINHEIRO DE LIMA, matrícula nº 90.550-0 e SANDRA CRISTIANE GUEDES SCARANO PEREIRA, matrícula nº 89.995-0 para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais infrações administrativas descritas nos Processos nº 1017/2015 e nº 1136/2015, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

Secretária Chefe

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSON 554/2016 DATA 13 /05/2018

RUBRICA JOURG PORTE HORA 8: 15

es country ca Administração ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Hu/..anos em Exercicio



João Pessoa - Quarta-feira, 27 de Abril de 2016

Diário Oficial

ou Gerente, para adoção das medidas necessários correção das falhas.

Art: 3" - Deveracion de presentar termo de recebimento definitivo, acompanhado de relatório escrito e fotografica realizado por ocasião da vistoria, da obra e/on serviços executados pela COMTERMICA COMERCIAL TERMICA LTDA, referente à Construção da Escola Profissiona-

lizante no Município de Mannanguape/PB, no prazo máximo de 15 dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Termo de recebimento definitivo da obra deverá ser anexado ao processo relativo à obra, com cópia para a Pasta de Pagamento, para efeito de contagem dos prazos e levantamentos das quantias caucionadas.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº 239/14.

Art. 5º- A presente Portaria entrará em vigor a partir data de publicação.

PORTARIA GS Nº 63/2016

João Pessoa, 25 de abril de 2016.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - SUPLAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda de conformidade com as disposições contidas na Resolução 40/90, de 28 de agosto de 1990.

ARIOUVE:
Art. 1º - Constituir uma Comissão integrada pelos Engenheiros LUCIANO DE
AGUIAR BARBOSA MAIA, inscrito no CPF sob o nº 275.883.004-34, Matrícula nº. 750.591-4,
CREAnº. 160.191.185-8; MARIA DE FÁTIMA CUNHA DUARTE PIRES, inscrita no CPF sob o nº
086.353.3'14-00, Matrícula nº. 770.016-4 CREA nº. 160.356.676-7 e CARLOS ERNESTO DE MELO
FILHO, Matrícula nº 750.777.-1, inscrito no CPF sob o nº 141.195.794-68 CREA nº 160.200.089-1, sendo
o primeiro pertencente à Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hidricos, do Meio Ambiente: e da Ciência e Tecnologia ora a disposição da SUPLAN de Campina Grande; a segunda pertencente a Secretaria de Desenvolvimento Humano ora a disposição da SUPLAN de Campina Grande – PB; e o terceiro pertencente à Secretaria de Educação ora a disposição da SUPLAN de Campina Grande - PB; sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Recebimento Definitivo da Obra de

MENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DAS RUAS PROJETADAS NO MUNICÍPIO DE SAO JOÃO DO CARIRI - PB, objeto do Contrato PJU nº 94/14, firmado com a ADCRUZ CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.

Art. 2º - A Comissão ora constituída deverá vistoriar as obras para verificar se os

serviços foram executados em conformidade com o contrato, em especial quanto à para veneta a se serviços foram executados em conformidade con o contrato, em especial quanto à perfeita execução do projeto. Havendo desconformidades, o fato deverá ser imediatamente informado ao Chefe de Divisão co. Gerente, para adoção das medidas necessárias à correção das falhas.

Art. 3° - Deverá ainda, apresentar termo de recebimento definitivo, acompanhado

de relatório escrito e fotográfico realizado por ocasião da vistoria, da obra e/ou serviços executados pela ADCRUZ CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, referente à Obra de PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DAS RUAS PROJETADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI - PB, no prazo máximo de 15 días.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de recebimento definitivo da obra deverá ser anexado ao processo relativo à obra, com cópia para a Pasta de Pagamento, para efeito de contagem dos prazos e levantamentos das quantias caucionadas.

Art. 4º - A presente Porturia entrará em vigor a partir data de publicação.

AULIAU RISTINA COELHO GUIMARÃES

Controladoria **Geral do Estado**

Portaria Nº 0011/2016/GSC/CGE

João Pessoa, 20 de abril de 2016

A SECRETÁRIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERALDO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso III alínea "a", da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, combinado com os artigos 131, 134 a 140 da Lei Complementar nº 58 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar JOHN KENNEDY FERREIRA, matrícula nº 146.807-6, JARI-IDE PINHEIRO DE LIMA, matrícula nº 90.550-0 e SANDRA CRISTIANE GUEDES SCARA-O PEREIRA, matricula nº 89.995-0 para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais infrações administrativas descritas nos Processos nº 1017/2015 e nº 1136/2015, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

Secretaria de Estado da Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

PORTARIA/UEPB/GR/0363/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE

Nomear MARIA SUELI FRAGOSO MORAES MONTENEGRO, matricula nº. 1.04382-5. lotado(a) no(a) Coordenadoria de Comunicação Social - CODECOM, para exercer o cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO - IV, símbolo NAA-4, de acordo com o processo nº 01.981/2016. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande - PB, 13 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/0366/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Remover, a pedido, NAYARA MOREIRA LACERDA MASSA, matrícula nº.
4.02624-1 do(a) Centro de Ciências Humanas e Agrárias - CCHA para o(a) Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - CCAA, de acordo com o processo nº 02.381/2015.

Registros e publicações necessários. Campina Grande - PB, 14 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/0367/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição, RESOLVE:

Remover, a pedido, FILIPY GALIZA SOARES, matrícula nº. 1.02693-7 do(a)
Coordenadoria de Tecnología da Informação - CTI para o(a) Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - CCBSA, de acordo com o processo nº 06.596/2015. Registros e publicações necessários.

Campina Grande - PB, 14 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/0368/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item X, do Estatuto da Instituição.

Autorizar a mudança de regime de trabulho, de T-40 para T-40 DE do(a) professor(a)

MARIA LÍGIA DE AQUINO GOUVEIA, matrícula nº 1.25576-0, lotado(a) no Departamento de

Psicologia - CCBS, de acordo com o processo nº 00.982/2016.

Registros e publicações necessários.

Campina Grande - PB, 14 de abril de 2016.

PORTARIA/HEPB/GR/0370/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, ROUSIER DOS SANTOS DIAS PAULINO, matricula nº. 1.02830-3, lotado(a) no(a) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE DEPARTAMENTO, símbolo NAS-5. do(a) Departamento de Fisioterapia - CCBS, de acordo com o processo nº 01.617/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Campina Grande - PB, 15 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/371/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46. inciso X, do Estatuto da Instituição, RESOLVE:

Designar o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s) para exercer a função de Gestor/Fiscal do(s) contrato(s) correspondente(s) pelo período de sua vigência.

Nº do Contrato Matricula CPF Nome 840/2016 (PE 81/2015) 101837-0 714,391.104-68 Kerry Anne Vasconcelos de Oliveira Nara Gabriela Medeiros 103908-6 051.361.854-65 841/2016 (PE 81/2015) 102715-4 330.903.941-20 842/2016 (Concorréncia 02/2015)

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Campina Grande - PB, 17 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/0372/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Nomear SÉRGIO HENRIQUE GONÇALVES DE CARVALITO, matrícula nº. 8.25828-0, lotado(a) no(a) Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde - CCTS, para exercer o cargo de COORDENADOR DE CLÍNICA, símbolo NDC-3, do(a) Clínica Escola de Odontologia - CCTS, de acordo com o processo nº 02.819/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Campina Grande - PB, 15 de abril de 2016.

PORTARIA/UEPB/GR/0373/2016

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Autorizar a mudança de regime de trabalho, de T-40 para T-40 DE do(a) professor(a) HUGO CESAR ARAUJO DE GUSMÃO, matricula nº 1.22352-6. lotado(a) no Departamento de Direito Público - CCJ, de acordo com o processo nº 00.092/2016.

Registros e publicações necessários. Campina Grande - PB, 18 de abril de 2016.

Prof. Antopio Guide Range Junior



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

PROCESSO

554/2016

— PREFIXO/NÚMERO

FIS. O.S. FOLHANS

De order a Comisseid de Processo Administrativo Disciplinar plas devidas providêntias.

13/05/16

Valéria Rieiro
Chefe de Gabinete da CGE-

ESTADO DA PARAÍBA SO RECURSOS





ESTADO DA PARAÍBA **CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO** COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016

Aos 02 dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezesseis, na Sala da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria Geral do Estado, aí presentes John Kenedy Ferreira, Jarineide Pinheiro de Lima, e Sandra Cristiane Guedes Scarano Pereira, respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Secretária Chefe da Controladoria Geral do Estado, Sra. Ana Maria Cartaxo B. Albuquerque, por meio da Portaria nº 011, de 20 de Abril de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíbano dia 27 de abril de 2016, procedeu-se à instalação da Comissão e tiveram início os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados na referida portaria, DELIBERANDO-SE preliminarmente o exame dos processo nºs 1017/2015 e 1136/2015, resultando na necessidade de diligenciar-se por meio de memorando endereçado a CGE para que se disponibilize cópia da pasta funcional do servidor Rivaldo Targino da Costa, assim como cópia do processo 85/2016, que instruiu a Nota técnica nº 022/2016, do que, para constar, eu, John Kenedy Ferreira, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.

> Kenedy Ferreira Presidente

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

dra Administração

Membro





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA CONTROLADORIAGERAL DO ESTADO COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

MEMORANDO nº 01/2016 CPAD

PROCESSO: 554/2016 CGE

ASSUNTO: Solicitação de documentos

Para: ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

SECRETARIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Senhora Secretaria.

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designado por V. Exa, por meio da Portaria nº 0011/2016/GSC/CGE, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Estado da Paraíba em 27 de abril de 2016, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016 CGE, solicito disponibilizar cópia da Pasta Funcional do Servidor Rivaldo Targino da Costa, matrícula nº 147642-4, cargo Auditor de Contas Públicas, bem como o Processo 85/2016, que instruiu o a Nota Técnica nº 022/2016.

João Pessoa 17 de maio de 2016

JOHN KENNEDY HERREIRA PRESIDENTE DA CÓMISSÃO DISCIPLINAR

· Pealudo an 18105 116 · Andreia Franco mat. 180 166-1





CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria n°. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016, convida o Sr. RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4 para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa – PB, no dia 01/06/2016, às 10:00 AM para tratar de assuntos relacionados de seu interesse constante no Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016 CGE, bem como os Processos Administrativos nº 1017/2015 CGE e nº 1136/2015 CGE, que versam sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, conforme disciplinado no artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003.

João Pessoa 30 de maio de 2016.

Atenciosamente.

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar

ESTADO DA PARAIBA

Genérela Exelutiva F2.06 v DE AUDITONIA, DIAPTE AYSÉPLIA 80 Actor Fri wos E. Mail. All. Desconticon-DO AVDINA OTATUO MAN CONTRACTOR OF STANDS OF STANDS cocletaria da Administração Mat. 147.611-4 ESTADO DA PARAIBA DIRETORIA DE RECURSOS Maria das Graças Aquino T. da Rocha Litelura Executiva de Becnigoa Hugianos em Exercicio





Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Ao primeiro dia do mês de Junho do ano de 2016, às 11:00 horas, na sede da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, a Comissão do Processo Disciplinar, instaurada pela Administrativo 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, encerrou os trabalhos do dia diante AUSÊNCIA do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula nº.147.642-4, no qual tem como escopo a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº554/2016.

O presente termo por mim foi lavrado e assinado pelos demais membros da Comissão.

João Pessoa 01 de junho de 2016.

John Kennedy Ferreir

Presidente da Comissão

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira Secretaria da Administração Membro





Memorando n.º 0001/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

João Pessoa, 01 de junho de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Para: Chefe da Gerência Executiva de Auditoria Assunto: Comunicação de Ausência de servidor

Ilustríssimo Senhor Gestor.

Venho por meio deste, comunicar a Vossa Senhoria, os bons préstimos no sentido de informar que o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, não compareceu a convocação marcada para o dia 01.06.2016, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, às 10:00 AM, ficando mais uma vez marcada para o dia 03.06.2016 às 10:00 AM no endereço retro mencionado.

Esclarecemos que estas informações visam, tão somente, instruir o processo administrativo disciplinar de nº 514/2016/CGE, que tramita nesta para tratar de assuntos relacionados de seu interesse.

Respeitosamente.

Membro

Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira

Membro



CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria n°. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016, reitera a convocação do Sr. (a) RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa – PB, no dia 03/06/2016, às 10:00 AM para tratar de assuntos relacionados de seu interesse constante no Processo Administrativo nº 554/2016/CGE, bem como os processos Administrativos nº1017/2015/ CGE e nº 1136/2015/CGE que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, conforme disciplinado no artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003.

João Pessoa 01 de junho de 2016.

Atenciosamente,

John Kennedy Ferreira

Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

FSTARO DA SARA

OF RECURSOS

DIANTE DA AUSÉNCIA
DO JAVIDON, PRUBO A
PRISANTU CONVOCACAU PAMA
INTRA POTIFICA-LO
UM BRU POUSIVIL.

JA OSTOGOSA

Constitution DA PARAIBA

PACTACO DA PARAÍBA

DE RECURSOS



Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos 03 (três) dias do mês de junho do ano de 2016, às 11h15min, na sede da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, c Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, encerrou os trabalhos do dia diante da AUSÊNCIA do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: nº. 147.642-4, no qual tem como escopo a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016.

O presente termo por mim foi lavrado e assinado pelos demais membros da comissão

João Pessoa, 03 de Junho de 2016.

Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

ristiane G. Scarano Pereira



Memorando nº. 0002/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

João Pessoa, 03 de Junho de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Para: Chefe da Gerência Executiva de Auditoria

Assunto: Comunicação de Ausência de Servidor

Ilustríssimo Senhor Gestor,

Venho por meio deste, comunicar a Vossa Senhoria, os bons préstimos no sentido de informar que o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, não compareceu à convocação marcada para o dia 03.06.2016, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa – PB, às 10:00 AM, ficando mais uma vez marcada para o dia 10.06.2016 às 10:00AM no endereço retro mencionado.

Esclarecemos que estas informações visam, tão somente, instruir o processo administrativo disciplinar de nº 554/2016/CGE, que tramita nesta pasta para tratar de assuntos relacionados de seu interesse.

Respeitosamente,

Presidente da Comissão

Membro

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

andra Cristiane G. Scarano Pereira na da Administra

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

ESTATO DA



CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria nº. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016, convida o (a) Sr. (a) RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, no dia 10/06/2016, às 10:00 AM para tratar de assuntos relacionados de seu interesse constante no Processo Administrativo nº 554/2016/CGE, bem como os processos administrativos nº 1017/2015/CGE e nº 1136/2015/CGE, que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, conforme disciplinado no artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003

Atenciosamente,

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar

João Pessoa, 07 de junho de 2016.

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício



Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado



Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos dez dias do mês de Junho do ano de 2016, às 12:00 horas, na sede da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, encerrou os trabalhos do dia diante AUSÊNCIA do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula nº.147.642-4, no qual tem como escopo a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº554/2016.

O presente termo por mim foi lavrado e assinado pelos demais membros da Comissão.

João Pessoa 10 de junho de 2016.

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Jarineide Pinheiro de Lima Sandra Cristiane G. Scarano Pereira

Membro Membro Membro



Memorando nº. 0004/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

João Pessoa, 10 de Junho de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Para: Chefe da Gerência Executiva de Auditoria Assunto: Comunicação de Ausência de Servidor

Ilustríssimo Senhor Gestor,

Venho por meio deste, comunicar a Vossa Senhoria, os bons préstimos no sentido de informar que o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, não compareceu à convocação marcada para o dia 10.06.2016, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, às 10h00min no endereço retro mencionado.

Esclarecemos que estas informações visam, tão somente, instruir o processo administrativo disciplinar de nº 554/2016/CGE, que tramita nesta pasta para tratar de assuntos relacionados de seu interesse.

Respeitosamente,

Kennedy Eerreira Presidente da Comissão

Administración

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira

Membro

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício



Fls. 16 B

Memorando nº. 0006/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

João Pessoa, 16 de Junho de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Para: Secretaria Chefe da Controladoria Geral do Estado

Assunto: Prorrogação de Sindicância

Ilustríssimo Senhora Secretaria.

Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos para que seja PRORROGADO O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR de nº 554/2016/CGE, POR IGUAL PERÍODO ao instaurado através da portaria nº 0011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016.

Tal prorrogação, tendo como base o artigo 140 da Lei complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, se torna imprescindível tendo em vista a necessidade de citação por edital do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, que não compareceu as citações outrora marcadas por esta comissão para apresentar justificativa ante sua reiterada ausência no serviço.

Esclarecemos que a prorrogação visa tão somente, instruir o processo administrativo disciplinar de nº 554/2016/CGE, da melhor forma possível, ofertando ao acusado o usufruto de todas as prerrogativas que a legislação concernente à matéria possa oferecer.

Respeitosamente,

da Administração

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSO Nº 791/2016 DATA 16 / 06201

RUBRICA Poure

HORA 9: 05

3

Ato Governamental nº 1.354

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9°, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Lei

nº 10.467, de 26 de maio de 2015, R E S O L V E nomear FRANCISCO SANTANA DA SILVA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor do Posto do SINE de Guarabira, Símbolo CAC-1, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.

Ato Governamental nº 1.355

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei

Complementar n° 58, de 30 de dezembro de 2003,
- R E S O L V E exonerar ANTONIO HENRIQUE SABINO, matrícula n° 163.583-2, do cargo em comissão de Diretor da Cadeia Pública de Alagoinha, Símbolo CSP-5, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Ata Governamental nº 1.356

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9°, inciso II, da Lei Complementar n° 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei n° 8.186, de 16 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, R E S O L V E nomear MARCELO BRUNO ALBUQUERQUE DA SILVA

cupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da Cadeia Pública de Alagoinha, Símbolo CSP-5. da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Ato Governamental nº 1.357

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003

R E S O L V E exonerar JOSÉ CARLOS SILVESTRE CAVALCANTI, matrícula nº 174.145-1, do cargo em comissão de Chefe de Farmácia da Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, Símbolo CSP-4, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Ato Governamental nº 1.358

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, é tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e

na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, RESOLVE nomear FRANCISCO LISBOA SOARES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Farmácia da Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, Símbolo CSP-4, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Ato Governamental nº 1.359

João Pessoa, 28 de junho de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, RESOLVE nomear JOSÉ CARLOS ROCHA ALVES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico III, Símbolo CSE-4, tendo exercício na Casa Civil do

Ecardo (RICARDO VIEIRA COUTINHO

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

Portaria nº 210/GS/SEAP/16

Em 23 de junho de 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988,

RESOLVE prorrogar por 60 (sessenta) dias, a partir do dia 28/06/2016, o prazo para conclusão dos trabalhos, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 201600002167 e seus anexos, instaurado através da Portaria nº 139/GS/SEAP/16, datada de 29 de abril de 2016.

Publique-se. Cumpra-se.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

João Pessoa, 27 de junho de 2016.

617

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DAS GROPECUÁ-RIA E DA PESCA, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar de nº 74 de 16 de março de 2007;

Lei n.º 8.186 de 16 de março de 2007, c/c art. 18, inciso XV do Decreto n. 7.532 de 13 de março de 1978. CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº. 26.428, de 21 de outubro de 2005, que aprova o Regulamento de Defesa Agropecuária da Paraíba, a Portaria 05-2006/SEDAP, publicada que aprova o feguantento de Detesa Agropectaria da Farana, a Fortaria 03-2000/SEDAP, publicata no Diário Oficial no dia 01 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o cadastramento de médicos veterinários junto a SEDAP para executar as atividades de vacinação de femeas bovinas e bubalinas contra a Brucelose, como também, para emissão de atestados zoossanitários e o que consta do processo nº. 371-06/SEDAP de 10/03/2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Credenciar a Médica Veterinária SARA MARA DANTAS DA NÓBREGA DIAS, CRMV-PB nº. 1507, para executar no território do Estado da Paraíba, as atividades de vacinação de fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose, como também, para emissão de atestados zoossanitários. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

ARAÚJO MONTI

Controladoria Geral do Estado

Portaria Nº 0017/2016/GSC/CGE

João Pessoa, 22 de junho de 2016

A SECRETÁRIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3°, inciso III alínea "a", da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, combinado com os artigos 131, 134 a 140 da Lei Complementar nº 58 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1 - Prorrogar por mais sessenta dias o prazo da Portaria nº 0011/2016/GSC/CGE, datada do dia 20/04/2016, publicada no D.O.E no dia 27/04/2016, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando à apuração de eventuais infrações administrativas descritas nos Processos nº 1017/2015 e nº 1136/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

Secretaria de Estado da Saúde

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - AGEVISA/PB

PORTARIA N. º 006 /2016/DG/AGEVISA

João Pessoa, 23 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Diretor Geral da AGEVISA-PB, no uso das atribuições legais e estatutárias e em cumprimento às Resoluções da Controladoria Geral do Estado - CGE/PB. RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor FERNANDO LUIS FERREIRA DA SILVA JÚNIOR,

matrícula 000160-1, para atuar como Gestor do Contrato Nº. 004/2016 desta AGEVISA/PB, devendo acompanhar e supervisionar a execução do contrato e observar o cumprimento das cláusulas ajustadas. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

> IANE MENDES ROLAND DIRETORA GERAL
> Glaciane Mendes Roland
> Diretora Geral - AGEVISAPB

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PB

Portaria nº 076/2016/DS

João Pessoa, 22 de junho de 2016.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9°, I, da Lei n° 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto n° 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo n° 24 do Decreto Estadual n° 7.960, de 07 de março de 1979,

RESOLVE:

I – Exonerar JOÃO EDUARDO MORAES DE MELO, do cargo de chefe da Divisão de Processamento de Dados, Símbolo DAS-2, do Quadro de Pessoal Comissionado deste Departamento. II – Remeta-se à Divisão de Recursos Humanos para as devidas anotações. III – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A Portaria n° 077/2016/DS

João Pessoa, 22 de junho de 2016.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL

DE TRÂNSITO - DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9°, I, da Lei
n° 3.848 de 15 06.76, combinado com o Decreto n° 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo n° 24 do
Decreto Estadual n° 7.960, de 07 de março de 1979,

ESTACO DA PARAÍBA



Memorando 004/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

João Pessoa, 17 de Junho de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Para: Secretaria Chefe da Controladoria Geral do Estado

Assunto: Convocação por Edital de Servidor

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, constituída conforme a portaria nº. 0011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, embora tenha convocado o Sr. RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, por 3 (três) vezes para comparecer a referida comissão, com o intuito de instrução de Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016/CGE, bem como os processos administrativos nº 1017/2015/CGE e nº 1136/2015/CGE, que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, comunicando a chefia imediata do servidor em epigrafe, conforme convocações em anexo, solicita os bons préstimos para realizar, conforme disciplinado pelo artigo 246, inciso IV da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil, c/c o artigo 151 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado da Paraíba, o CHAMAMENTO POR EDITAL do servidor em questão PARA QUE POSSA APRESENTAR DEFESA A ESTA COMISSÃO, NO PRAZO DE 10 DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL.

Atenciosamente,

cocetatio da Administra

COTACO DA PARAIBA

John Kennedy Ferreira
Presidente da Comissão de
Processo Administrativo Disciplinar





Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A.

E EDWYLE/WISO

EMPRESA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DA PARAÍBA S/A CNPJ Nº 09.295.684/0001-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 16.078.084-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A - EMEPA-PB, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de Julho de 2016, às 09:00 horas, em sua Sede, localizada na Rodovia Estadual Ministro Abelardo Jurema (PB-008), Jacarapé III, João Pessoa-PB, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I – Eleição de Membro Titular do Conselho Fiscal representando o acionista Governo do Estado da Paindicado pela Procuradoria Geral do Estado, para o Exercício de 2016, em substituição ao eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 14 de março de 2016.

João Pessoa-PB, 05 de julho de 2016.

NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES

Diretor Presidente

Controladoria Geral do Estado

EDITALIFAVISO

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001

Tendo em vista o que dispõe o Art. 151, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.58/2003, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, fica convocado o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, para apresentar-se no dia 12.07.2016, na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, nesta capital, das 081100 às 121100, a fim de apresentar DEFESA no Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016/CGE.

João Pessoa, 01 de julho de 2016

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Secretaria de Estado Desenvolvimento Humano

EDITALEAVISO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" – FUN-DAC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 3.815 de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei nº 6060 de 13 de junho de 1995, nomeado (a) através do Ato Governamental nº 1.091, de 01/06/2016, publicado em 02/06/2016, CONVOCA, os (as) servidores (as) abaixo nominados (a) para se apresentarem no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação, a fim de tratar de assunto referente à disposição dos (as) mesmos(as) para outros Órgãos. Servidores (as):

MATRIC	NOME	CARGO	ORGÃO DE DESTIINO
6634770	ALDERLEA LINO BRAZ DE MACEDO	ASSISTENTE SOCIAL	EMATER
6633838	ANDREIA ALVES DE ANDRADE	AGENTE DE SERV AUXILIARES	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6615333	MARIA DAS NEVES ARAUJO	ASSISTENTE SOCIAL	TRIBUNAL DE JUSTICA
6620281	MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA COSTA	AGENTE PROTETIVO	SEC.EST. ADMINISTRAÇÃO
6602108	ALESSANDRA AMORIM DE PONTES MACIEL	ASSISTENTE TECNICO	TRIBUNAL DE JUSTICA
6621091	ALZINEIDE DANTAS DE MELO	AGENTE PROTETIVO	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6611095	ANA CRISTINA ALVES LOPES	ASSISTENTE TECNICO	SEC.EST.SAUDE
6613730	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA SANTOS	AGENTE OPERACIONAL	TRIBUNAL DE JUSTICA
6621911	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	AGENTE PROTETIVO	FAC
6634168	AUZILEIDE RIBEIRO DE ALMEIDA	COZINHEIRO	CM JOAO PESSOA
6605761	CLAUDIA MOURA FERNANDES	ASSISTENTE TECNICO	FUNESC
6615708	DELMA DE SOUSA PESSOA	DENTISTA	TRIBUNAL DE CONTAS
6610765	DOMINGOS LAURINDO PEREIRA	ADVOGADO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

6621503	EDICELIA TRAVASSOS DE LIMA	AGENTE PROTETIVO	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6610391	EDICLE TRAVASSOS DE LIMA	ASSISTENTE TECNICO	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6603831	EDNA MEIRA DA NOBREGA	PSICOLOGO	FUNAD
6603874	EDSON ALVES DINIZ	AGENTE OPERACIONAL	MIN. PUBLICO
6620345	ELIANE DOS SANTOS SOUZA RAMOS	AGENTE DE SERV AUXILIARES	SEC.EST.EDUCACAO E CULTURA
6615449	ELIOMAR PELAGIO DO CARMO	AGENTE OPERACIONAL	SEC.EST. ADMINISTRAÇÃO
6616461	FLAUBER DA SILVA SANTOS	AGENTE OPERACIONAL	FAC
6606458	FRANCISCO DE SALES GONCALVES SILVA	AGENTE PROTETIVO	DETRAN
6611109	GISEUDA MARIA BRITO T DE MENDONCA	ECONOMISTA	DETRAN
6611753	HERLEN BATISTA DE V BARBOSA	TECNICO EDUCACAO	ESTACAO CIENCIA PB
661567H	IRIJANE DE CARVALHO GOMES HONORIO	AGENTE OPERACIONAL	SEC.EST.EDUCAÇÃO E CULTURA
6612075	ISABELLA MAROJA	AGENTE DE SERV AUXILIARES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
1010066	JOSE GILVAN HERCULANO DE ALMEIDA	QUIMICO INDUSTRIAL	ASSEMBLEIA I.EGISLATIVA
6611591	JOSE VANDO PIRES ARRUDA	AGENTE DE SERV AUXILIARES	PM JOAO PESSOA
6604943	AUDIGLEY GONCALVES DE ABRANTES	ASSISTENTE SOCIAL	IA6S
6611184	KESSIA LILIANA CIRNE DANTAS	PSICOLOGO	DEFENSORIA PUBLICA
6516364	KIARA VALERIA MOURA FERREIRA	ASSISTENTE TECNICO	CODATA
6634561	MARCIA RIBEIRO LEITE	INSTRUTOR OCUPACIONAL	PBTUR
6612164	MARIA ANGELA RODRIGUES DA SILVA	ASSISTENTE TECNICO	DETRAN
6621457	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MELO	ASSISTENTE TECNICO	PM JOAO PESSOA
6615821	MARIA AUXILIADORA FERREIRA	PSICOLOGO	FUNAD
6610277	MARIA DA CONCEICAO DE A DIAS	ASSISTENTE TECNICO	DETRAN
6620612	MARIA DA GLORIA FARIAS	AGENTE PROTETIVO	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6614124	MARIA DE FATIMA M DE M HENRIQUE	ENFERMEIRO	A UNIAO
6616038	MARIA DEA LIMEIRA F DOS SANTOS	TECNICO EDUCAÇÃO	CONGREGAÇÃO HOLISTA DA PARLABA
6615431	MARIA ELEONORA PERAZZO B MENDES	ASSISTENTE SOCIAL	FUNAD .
6602045	MARIA ELIZABETE OLIVEIRA DA SILVA	ASSISTENTE TECNICO	SEC.EST.SAUDE
6616399	MARIA ELIZABETH S DE ANDRADE	ASSISTENTE TECNICO	SENADO FEDERAL
6613446	MARIA LUIZA SOARES TRIGUEIRO	AGENTE DE SERV AUXILIARES	SEC.EST.EDUCACAO E CULTURA
6634575	MARIO SERGIO COUTINHO SOARES JUNIOR	AGENTE OPERACIONAL	DEFENSORIA PUBLIÇA
6605851	MARTA GERUSA ABRANTES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	SEC. EST. GOVERNO
6620248	MARTA PATRICIA DE SOUZA ROLIM	AGENTE PROTETIVO	UEPB
6633633	MERCIA GOMES CAVALCANTI CHAVES	ASSISTENTE SOCIAL	SUDEMA
6620337	SIMONE ALBUQUERQUE BARBOSA	ASSISTENTE TECNICO	SEC.EST.DESENV.HUMANO
6615775	VALERIO GOMES AMORIM	ASSISTENTE TECNICO	CM DE BANANEIRAS
6602967	VINICIUS COSTA HENRIQUES	ASSISTENTE TECNICO	FUNDAC
6615104	MARIA APARECIDA MAIA PEREIRA	ASSISTENTE SUCIAL	TRIBUNAL DE JUSTICA
6620434	MARIA DO SOCORRO S DA NOBREGA	AGENTE PROTETIVO	TRIBUNAL DE JUSTICA
6616836	MARIA GLEIDES DE ARAUJO FREIRE	TECNICO EDUCAÇÃO	TRIBUNAL DE JUSTICA

João Pessoa, 04 de julho de 2016

NOALDO BELO MEIRELES Presidente/FUNDAC

ESTADO DA PARAÍBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha

Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício



Controladoria **Geral do Estado**

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001

Tendo em vista o que dispõe o Art. 151, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.58/2003, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, fica convocado o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, para apresentar-se no dia 12.07.2016, na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, nesta capital, das 08h00 às 12h00, a fim de apresentar DEFESA no Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016/CGE.

João Pessoa, 01 de julho de 2016

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

retarla de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico

Mangle Lange

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA EXECUTIVA DO EMPREENDEDORISMO

EDITAL

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA através da SECRETARIA EXECUTIVA DO EMPRE-ENDEDORISMO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SETDE, órgão responsável pela administração e operacionalização do Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba – Programa EMPREENDER PB, bem como do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo EMPREENDER PB, CNPI nº 13.307.527/0001-05, consoante estabelecido na Lei Estadual nº 10.128/2013, que alterou a Lei Estadual nº 9.335/2011, NOTIFICA o (a) tomador (a) final de recursos abaixo identificado (a) da lavratura de Termo de Constituição de Crédito Não Tributário do Estado da Paraíba - TCC, nos termos da Lei Estadual nº 9.520, de 24 de novembro de 2011, tendo como fundamento o contrato de financiamento vinculado ao Programa EMPREENDER PB, firmado nos autos do processo administrativo também adiante listado, sendo concedido prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Edital, para que o (a) notificado (a) efetue o pagamento da dívida e compareça à sede deste órgão, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 1040, Centro, Município de João Pessoa, Estado da Paraiba, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 (manhã) e das 13h00 às 17h00 (tarde), para apresentação do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, ou, caso queira, ofereça impugnação por escrito, quando deverá expor as razões que justifiquem a inexigi-bilidade do débito, observando o mesmo local e horário supra indicados para tal fim, ficando desde já cientificado (a) de que uma vez decorrido o prazo sem manifestação do (a) devedor (a) ora notificado (a) será dada continuidade ao processo independentemente de outros atos e/ou notificações, com consequente encaminhamento do processo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) para inscrição em Dívida Ativa e demais medidas administrativas e/ou judiciais correlatas:

			walnesse de la lace	ALLENIA SU
0381.12/2015	463/2012	0347/2012	ALDECLEIA KATIENE SILVA MEDEIROS	018.128.644-00
0382.12/2015	457/2012	0341/2012	ANTONIO ALEX DOS SANTOS	032.415.764-93
0385.12/2015	474/2012	0358/2012	GERALDO SOUTO ALVES	447.731.964-91
0386.12/2015	465/2012	0349/2012	IVANIO MORAIS DA CUNHA	059.843.914-57
:)387.12/2015	605/2012	0483/2012	JANINE SOUSA SILVA	009.761.574-97
0388.12/2015	454/2012	0338/2012	JORGE LUIZ SILVA LIMA	258,161,868-09
0389.12/2015	426/2012	0340/2012	JOSE ALVES NETO	507.163.604-20
0390.12/2015	466/2012	0350/2012	JOSE DE ALENCAR DOS SANTOS	091.117.097-90
0391.12/2015	461/2012	0345/2012	JOSE EDVALDO MEDEIROS DA SILVA	035.047.504-05
0392.12/2015	487/2012	0368/2012	MARIA DE NAZARE DOS SANTOS SILVA	055.777.524-85
0394.12/2015	633/2012	0534/2012	MARIA TEREZA DOS SANTOS	076.950.998-30
0395.12/2015	0348/2012	464/2012	MARIA ZELIA MORAIS DA CUNHA	034.887.504-50
0396.12/2015	470/2012	0354/2012	OSVALDO MORAIS DE LIMA	426.198.314-15
0397.12/2015	467/2012	0351/2012	ROZEANE MEDEIROS DOS SANTOS	057 851.964-09
0436.12/2015	097/2012	0035.12/2015	ITALO BEZERRA DE OLIVEIRA	057.518.994-07
0438.12/2015	529/2012	0406/2012	IZENI DE LIMA OLIVEIRA	013.681.054-32
0441.12/2015	391/2012	0274/2012	JOAO BATISTA DA FONSECA COSTA	491.359.964-04
0443.12/2015	641/2012	0518/2012	JOAO TAVARES DE SOUTO	840.612.514-49
0457.12/2015	423/2012	0306/2012	JOSENILDA PEREIRA DA SILVA	726.125.334-00
0462.12/2015	0638/2012	0515/2012	KLAILDA ARAUJO BEZERRA	029.865.934-45
0474.12/2015	642/2012	0519/2012	MARCOS PAULO SANTOS DE MORAIS	031.906.394-18
0488.12/2015	0108/2012	0046/2012	MARIA DOS PRAZERES PEREIRA	308.734.794-91
0495.12/2015	644/2012	0521/2012	MARINALVA BARBOSA FRANCO	062.358.604-55
0517.12/2015	427/2012	0310/2012	XIRLANO ALVES DOS SANTOS	690.699.304-63
0993.12/2015	462/2012	0346/2012	MARIA EMICLE DE MEDEIROS	032.437.174-8:

João Pessoa, 27 de junho de 2016.

AMANDA ARAÚJO RODRIGUES Secretária Executiva do Empreendedorismo

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA através da SECRETARIA EXECUTIVA DO EMPRE-ENDEDORISMO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SETDE, órgão responsável pela administração e operacionalização do Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba - Programa EMPREENDER PB, bem como do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo - Fundo EMPREENDER PB, CNPJ nº 13.307.527/0001-05, consoante estabelecido na Lei Estadual nº 10.128/2013, que alterou a Lei Estadual nº 9.335/2011, NOTIFICA o (a) tomador (a) final de recursos abaixo identificado (a) da lavratura de Termo de Constituição de Crédito Não Tributário do Estado da Paraíba - TCC, nos termos da Lei Estadual nº 9.520, de 24 de novembro de 2011, tendo como fundamento o contrato de financiamento vinculado ao Programa EMPREENDER PB, firmado nos autos do processo administrativo também adiante listado, sendo concedido prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Edital, para que o (a) notificado (a) efetue o pagamento da dívida e compareça à sede deste órgão, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 1040, Centro, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 (manhã) e das 13h00 às 17h00 (tarde), para apresentação do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento, ou, caso queira, ofereça impugnação por escrito, quando deverá expor as razões que justifiquem a inexigibilidade do débito, observando o mesmo local e horário supra indicados para tal fim, ficando desde já cientificado (a) de que uma vez decorrido o prazo sem manifestação do (a) devedor (a) ora notificado (a) será dada continuidade ao processo independentemente de outros atos e/ou notificações, com consequente encaminhamento do processo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) para inscrição em Divida Ativa e demais medidas administrativas e/ou judiciais correlatas:

Nº Teken and	COMMISSERVITE O	A CHATTER OF	NOTE THE PROPERTY OF THE PROPE	
0086.12 2015	2359/2012	2038/2012	LUCICLEIDE SOUSA SANTOS	303.884.958-80
0399.12 2015	0459/2012	0343/2012	VALDENIA CAVALCANTE PEREIRA	095.929.514-38
0403.12 2015	0411/2012	294/2012	ANA CRISTINA SANTOS CIONIES	738.283.354-20
0404.12 2015	0116/2012	0054/2012	ANTONIA SOARES DE ALENCAR SANTOS	456.235.034-20
0425.12 2015	0134/2012	0070/2012	GARDENIA DA SILVA MORAES	073.630.154-22
0427.12 2015	0513/2012	0390/2012	GERALDO BATISTA DINIZ	287.953.504-20
0429.12 2015	0135/2012	0071/2012	GERLUCIA DE OLIVEIRA SANTOS	039,094,874-83
0439.12 2015	0138/2012	0074/2012	JAIR MACEDO SILVA	910 966.264-20
0440.12.2015	2830/2012	2229/2012	JANAINA ARAUJO DOS SANTOS MELO	056.D48.434-82
0444.12 2015	0634/2012	511/2012	JOAZ SOUZA SILVA	093.306.254-01
0447.12 2015	0514/2012	0391/2012	JOSE FELIX DE PONTES	143.781.084-53
0449.12 2015	1080/2012	908/2012	JOSÉ LINDBERGH LOPES	000.816.374-03
0451.12 2015	0383/2012	266/2012	JOSE RIVANILDO DOS SANTOS COSTA	064.377.154-99
0453 12 2015	0143/2012	0079/2012	JOSE VITORIO DA SILVA	029.573.224-55
0454.12 2015	0643/2012	0520/2012	JOSEFA HOSANA SOUTO COSTA	080.624.744-45
0455.12 2015	0407/2012	290/2012	JOSELIO DE SOUTO CANDIDO	051.669,844-39
0456 12 2015	0397/2012	280/2012	JOSENEIDE PEREIRA DA SILVA	676.031.304-68
046.12/2015	0535/2012	0412/2012	GENIVAL DA SILVA CASADO	323.626.504-30
0461.12 2015	0147/2012	0082/2012	JUCELIO CARDOSO DE MACEDO	029.332.914-10
0472.12 2015	0510/2012	0407/2012	MANUEL PLACIDO DOS SANTOS	089.280.104-20
0476.12 2015	0105/2012	0043/2012	MARIA APARECIDA CANDIDO DA COSTA	299.269.634-04
0482.12 2015	0379/2012	262/2012	MARIA DAS GRAÇAS PINTO DA SILVA	038.365,084-43
0486.12 2015	0156/2012	0091/2012	MARIA DO SOCORRO DA SILVA AZEVEDO	872.845.024-87
0492,12 2015	0649/2012	0526/2012	MARIA MADALENA PIMENTA LIMA ARAUJO	084.694.214-33
0498.12 2015	0154/2012	089/2012	MARY DA CONCEICAO DE PONTES SANTOS	042.596,204-01

João Pessoa, 04 de julho de 2016

AMANDA ARAÍLIO RODRIGUES Secretária Executiva do Empreendedorismo

Secretaria de Estado da Infraestrutura dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Clência e Tecnologia

SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº04/2016

A SUDEMA- Superintendência de Administração do Meio Ambiente- pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº08.329.849/0001-15, com arrimo no Decreto Federal 6,514/08; art 37 e 225 da Constituição Federal e Art 227 da Constituição Estadual, assim como nas Leis nº6 544/97 c/c 6 757/99 e Resolução CONAMA n°.237/97, vem tornar público o Processo Administrativo n°.2014-007007, em nome de BIG CONFORT LTDA – ME, CNPJ n °.12.713.470/0001-81, considerando a existência de divergência do CNPJ supracitado e o de n°.04.064.092/0001-94, bem como divergência no endereço do interessado, já tendo havido o envio do ofício n°.053/2015/CCA/DT/SUDEMA, com recebimento de AR, datado de 12/03/2015, concedendo o prazo de 20(Vinte) dias para a necessária regularização, INTIMA-SE a Pessoa Jurídica de Direito Privado, acima identificada, a COMPARECER através de seu representante legalmente constituído, na sede da SUDEMA, para prestar os esclarecimentos aventados, condição imregamente constituto, ha sever da softwar, para prestat os estratectmentos aventados, contiguo imperiosa à continuidade do processo de Licenciamento Ambiental em epigrafe, sob pena de arquivamento do mesmo. Após o prazo de 10 (Dinco) dias contados do último dia da publicação (fixação) deste edital, excluindo esse dia da contagem, o processo terá continuidade, independentemente do comparecimento do intimado. Opras informações obre os procedimentos poderão ser obtidas, pessoalmente ou por meio de representante legal.

João Pessoa, 04 de julho de 2016. Soci

João Pessoa, 04 de julho de 2016. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO Superintendente da SUDEMA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recom Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças / Encargos Gerals do Estado - Recursos sob a Supervisão da Seplag / Secretaria de Estado da Educação

Portaria Conjunta nº 89

João Pessoa, 7 de julho de 2016.

Autoriza a Descentralização de Crédito Orçamentário em favor do (a) SE-CRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, GES-TÃO E FINANCAS em conjunto com os Órgãos ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAG e SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, inciso II, do artigo 89, da Constituição do Estado, c/c as disposições do Decreto Estadual nº 33.884, de 3 de maio de 2013 e alterações posteriores, observados os limites estabelecidos na Lei nº 10.633 de 18 de Janeiro de 2016, e a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 04 de maio de 2001, e

Considerando o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272, de 29 de agosto de 2013;

Considerando, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora EGE SEPLAG 30.102 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAG, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0012/2016, que entre si celebram a (o) ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAG e o (a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCA-ÇÃO, relativo à QUITAR DESPESAS DECORRENTES DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.;

RESOLVEM:

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática									Reserva		
Órgão	Únidade	Função	Sub- função	Programa		Localização Geográfica da Ação	Natureza da despesa	de	Fonte de recursos	Número	Valor
30 -	102	12	846	0000	0735	0287	3390	92	103	00043	4.681,394,59
30	102	12	846	0000	0735	0287	4490	92	103	00044	8.751.799,90
		-								TOTAL	13,433,194,49

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Fi. ...s - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º. desta Portaria.

Art, 3º - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças / Secretaria de Estado da Educação / Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba

Portaria Conjunta nº 88

João Pessoa, 6 de julho de 2016.

Autoriza a Descentralização de Crédito Orçamentário em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVI-MENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS em conjunto com os Órgãos SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCA-CÃO e SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, inciso II, do artigo 89, da Constituição do Estado, c/c as disposições do Decreto Estadual nº 33.884, de 3 de maio de 2013 e alterações posteriores,

observados os limites estabelecidos na Lei nº 10 633 de 18 de Janeiro de 2016, e a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 04 de maio de 2001, e

Considerando o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272. de 29 de agosto de 2013;

Considerando, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora SEE - 22.0001 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0299/2016, que entre si celebram a (o) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, relativo à MÚTUA COOPERAÇÃO ENTRE A SEE/PB E A SUPLAN/PB, COM VISTAS A EXECUÇÃO DA REFORMA DA 2º ETAPA DA E.E.E.F.M. PADRE EMÍDIO VIANA, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB.;

RESOLVEM:

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática									Reserva		
Órgão	Unidade	Função	Sub- função	Programa		Localização Geográfica da Ação		Elemento de despesa	Fonte de recursos	Nůmero	Valor
22	101	12	368	5006	2178	0287	3390	39	103	00967	770.227,63
										TOTAL	770.227,63

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º, desta Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

LICITAÇÕES - EXTRATOS - LICENÇAS - TERMOS - ATAS

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A.

EDITAL E AVISO

EMPRESA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DA PARAÍBA S/A CNPJ Nº 09.295.684/0001-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 16.078.084-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A - EMEPA-PB, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de Julho de 2016, às 09:00 horas, em sua Sede, localizada na Rodovia Estadual Ministro Abelardo Jurema (PB-008), Jacarapé III, João Pessoa-PB, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I - Eleição de Membro Titular do Conselho Fiscal representando o acionista Governo do Estado da Paraíba, indicado pela Procuradoria Geral do Estado, para o Exercício de 2016, em substituição ao eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 14 de março de 2016.

João Pessoa-PB, 05 de julho de 2016.

NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES Diretor Presidente

Controladoria Geral do Estado

EDITAL E AVISO

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001

Tendo em vista o que dispõe o Art. 151, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.58/2003, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, fica convocado o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, para apresentar-se no dia 12.07.2016, na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, nesta capital, das 08h00 às 12h00, a fim de apresentar DEFESA no Processo Administrativo Disciplinar n° 5542016 0000 17/55

João Pessoa, 01 de julho de 2016

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

ESTADO DA PARAÍBA





Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos doze dias do mês de Julho do ano de 2016, às 12:00 horas, na sede da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, prorrogada através da Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, encerrou os trabalhos do dia diante AUSÊNCIA do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula nº .147.642-4, no qual tem como escopo a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº554/2016.

O presente termo por mim foi lavrado e assinado pelos demais membros da Comissão.

João Pessoa 12 de julho de 2016.

ohn Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

ri meide l'ún luns / Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira

Membro

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

ESTADO DA PARAÍBA

RECURSOS



Oficio nº 001/2016

João Pessoa, 04 de agosto de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Para: Gerência Central de Pericia Médica

Assunto: Esclarecimentos sobre licença de servidor

Ilustríssimo (a) Senhor (a),

Venho por meio deste, requerer de vossa senhoria, com a máxima urgência, informações sobre a licença para tratamento de saúde do servidor Rivaldo Targino da Costa, matricula 147.642-4, deferido pelo prestigiado órgão através da IDE Licença nº2016/006299 datado de 25/07/2016, sobre se a incapacidade detectada pela junta medica oficial torna o servidor retro mencionado incapacitado para acompanhamento de processo administrativo disciplinar de seu interesse.

Tal informação é de enorme relevância para que possamos instrui-lo em plena observância ao principio do devido processo legal, abarcados pela Lei complementar nº 58 de 30 de dezembro de 2003, bem como pela Constituição Federal de 1988.

Esclarecemos que a participação da servidora visa tão somente, instruir o processo administrativo disciplinar de nº 554/2016/CGE.

Respeitosamente,

Presidente da Comissão

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Por Posos

Humanos em Exercício







GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GERÊNCIA CENTRAL DE PERICIA MÉDICA :

ID Licença:

2016/006299

Nome:

RIVALDO TARGINO DA COSTA

Matricula:

147.642-4 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Função:

AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

Comunicamos a Vossa Senhoria que seu padido de . Licença para Trafamento de Saúde foi DEFERIDO conforme os dados abalxo

Dias:

90 (NOVENTA)

Data do Inicio:

18/05/2016

Retorno ao Trabalho:

16/08/2016

Segunda, 25 de Julho de 2016 08:55:12

Região: JOAO PESSOA

PERICIA MEDICA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício

RECURSOS HUS

ESTADO DA



GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GERÊNCIA CENTRAL DE PERÍCIA MÉDICA



GGPM / Officio n.º 036/2016

João Pessoa, 10 de agosto de 20

llustríssimo Senhor

JOHN KENNEDY FERREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO NESTA

Senhor Presidente

Em resposta ao **Oficio nº 001/2016** da Controladoria Geral do Esta datado de 04 de agosto de 2016, Informamos a Vossa Senhoria que o postular servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula nº 147.642-4, lotado Controladoria Geral do Estado, no gozo de licença médica, atualmente não o impe clinicamente de acompanhar o Processo, Administrativo Disciplinar de 554/2016/CGE.

Atenciosamente

GERENTE - GCAM

das Graças Aquino I. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício

Rua Eugênio de Lucena Neiva s/n. - Jardim 13 de Maio - CEP 58.025.020. - Fone: 3211-6055 / 3211-6057 João Pessoa - Paralba





Memorando n.º 0007/16 - Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

João Pessoa, 15 de agosto de 2016.

Da: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Para: Ana Maria Cartaxo B. de Albuquerque

Secretaria Chefe da Controladoria Geral do Estado

Assunto: Consulta Jurídica

Ilustríssima Senhora Secretaria

Venho por meio deste, solicitar de Vossa Excelência, os bons préstimos no sentido conceder Parecer Jurídico acerca de eventual suspensão do Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016, instaurado pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e prorrogado pela Portaria nº 0017/ GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, ante a licença médica apresentada pelo servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, compreendendo o período de instrução de processo administrativo em questão, no que se refere as Convocações e Edital de Chamamento para apresentação de ampla defesa por parte do servidor, o qual não compareceu.

Em anexo, segue o Atestado Médico, Convocações e Ofício da Gerência Central de Pericia Médica do Estado da Paraíba, se manifestando sobre a questão dentro de sua área de competência.

Respeitosamente,

John Kennedy Ferreira

Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



CONTROLADORIA GERAL DO ESTA ASSESSORIA JURÍDICA

Despacho ASSEJUR nº. 024/2016.

Processo CGE nº. 985/2016

Interessado: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Assunto: Consulta jurídica sobre a possibilidade de suspensão de

prazo de PAD.

Trata-se de processo administrativo oriundo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, acerca da possibilidade de suspensão de prazo do Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016, instaurado pela Portaria nº 011/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e prorrogado pela Portaria nº 0017/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, ante a apresentação da licença médica apresentada pelo servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, ora processado.

Nesse diapasão, analisando os autos, constatamos que o servidor processado teve pleito de licença médica deferida pela Gerência Central de Perícia Médica - GCPM por 90 (noventa) dias com data de início em 18.05.16 e data de término em 16.08.16.

Destarte, em que pese a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD ter enviado memorando com a consulta jurídica em questão, é de bom alvitre destacar que a Gerência Central de Perícia Médica - GCPM afirmou que o gozo da licença médica não impede clinicamente do servidor processado acompanhar o PAD (fls.13).

Portanto, opinamos no sentido de não suspender o PAD e reiteramos com a máxima urgência, que a CPAD envide todos os esforços para concluir o processo no prazo legal.

Sub Censura, é o nosso entendimento, que ora submetemos à consideração da autoridade superior desta CGE/PB, S.M.J.

João Pessoa, 23 de agosto de 2016.

Júlio Cesar Topes Serpa Assistente Jundico da CGE

Mat. 159.395-1 - OAB/PB Nº 16.124

RECURSOS Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

castalia da Administração



CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria nº. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016 e Prorrogado pela Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 29/06/2016, convida o Sr. RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula: 147.642-4, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa -PB, no dia 22/08/2016, às 10:00 AM para tratar de assuntos relacionados de seu interesse constante no Processo Administrativo nº 554/2016/CGE, bem como os processos administrativos nº 1017/2015/CGE e nº 1136/2015/CGE, que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abandono de cargo, conforme disciplinado no artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003.

João Pessoa, 17 de agosto de 2016.

Atenciosamente,

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

secretaria da Administração

Humanos em Exercício

Magry 2/03/50/2



Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de 2016, às 12:00 horas, na sede da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, e prorrogada através da Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, encerrou os trabalhos do dia diante AUSÊNCIA do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula nº.147.642-4, no qual tem como escopo a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº554/2016.

O presente termo por mim foi lavrado e assinado pelos demais membros da Comissão.

João Pessoa 22 de agosto de 2016.

SO

Pre

ohn Kennedy Ferre)ra Presidente da Comissão

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Jarineide Pinheiro de Lima Membro

ESTADO DA PARAÍBA

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira Membro



CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria nº. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016 e Prorrogado pela Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 29/06/2016, com base, no artigo 145 da Lei Complementar nº 58 de 30 de Dezembro de 2003, convida o Coordenador da Gerência Executiva de Auditora da Controladoria Gerál do Estado, a saber, o Sr. (a) LETACIO TENORIO GUEDES FILHO, para se apresentar na Controladoria Gerál do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa – PB, no dia 25/08/2016, às 15:00 PM para figurar como testemunha no Processo Administrativo nº 554/2016/CGE, bem como os processos administrativos nº 1017/2015/CGE e nº 1136/2015/CGE, que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, conforme disciplinado pelo artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, do Servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4.

João Pessoa, 23 de agosto de 2016.

Atenciosamente,

John Kennedy Ferreira
Presidente da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar

LOTA CO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício Chi Whi Color of Guedes dunder sidio Tenório Guedes dunder sidio Tenório Guedes dunder sidio de successione se successione se





Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado da Paraíba

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de 2016, compareceu perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída de acordo com a Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e Prorrogado pela Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 29/06/2016, com base, no artigo 145 da Lei Complementar nº 58 de 30 de Dezembro de 2003, convida o Coordenador da Gerência Executiva de Auditora da Controladoria Geral do Estado, a saber, o Sr. (a) LETACIO TENORIO GUEDES JUNIOR, matricula nº.147.611-4, ocupante do cargo de Auditor de Contas Públicas, RG nº. 1.061.524 - SSP - PB, CPF nº. 568.282.844-53, residente e domiciliado na Rua Av. Silvinio Chaves nº 481, Bairro: Manaíra, o qual consoante o Processo Administrativo Disciplinar nº. 554/2016/CGE, que passou prestar o depoimento nos termos que se seguem:

"Que é servidor desde o ano de 1997, na função Auditor de Contas Públicas; que atualmente exerce a função de Gerente Executivo de Auditoria; que tomou conhecimento do processo administrativo nº 554 instaurado pela CGE por ser o mesmo chefe imediato do Servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4; que ao assumir a função de Gerente notou que o servidor era infrequente dentro de seu ambiente de trabalho e que estava sem exercer atividades dentro do ambiente laboral; que por este motivo solicitou a abertura Ordem de Serviço – OS, em 11/04/2016, devidamente autorizada pela Secretaria Chefe, para que o mesmo cumprisse a atividade dentro do prazo estabelecido, a saber, em 11/05/2016, conforme documento anexo, sendo infrutífera tal solicitação; que conhecia o servidor no ambiente de trabalho desde d'ano que ingressou no serviço público e que o servidor RIVALDO

ESTADO DA PARAIB

DE RECURSOS

Diretora Executiva de Recursos Maria das Graças Aguino T. da Rocha



TARGINO sempre se mostrou sem foco nas atribuições que são conferidas aos Auditores de Contas Públicas; que nota que o senhor RIVALDO TARGINO, aparenta ter problemas de cunho pessoal, haja vista, a desídia do mesmo, tanto no ambiente de trabalho, quanto em sua apresentação pessoal/profissional; que tal comportamento não condiz com o ambiente de trabalho; que ao longo do processo administrativo tentou inúmeras vezes contato com o servidor, porém sem obter êxito, conforme documentos apresentados; que ao longo dos anos que conhece o servidor sempre notou que o mesmo era infrequente ao serviço.

Em assim sendo nada mais acrescentar, nem tampouco lhe foi perguntado, sendo entregue ao depoente cópia termo prestado que segue como documento idôneo para a devida instrução do PAD em questão.

Ademais, encerra-se o presente termo, que vai assinado pelo

Depoente Matrícula nº. 147.611-4

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

farincide Pinheiro de Lima

Membro

depoente e pela Comissão.

Sandra Sustiane Guedes Scarano Pereira Membro

esociativa da Administração



Mensagens

Contactos

Definições

Alterar senha

Fls. Sair

mover para...

Pastas

A Receber (57)

Rascunhos

Itens Enviados

Reciclagem

Acesso Sistemas

Auditorias_2012

Comunicaç..._Auditores

IIA Audit...ia Interna

Medicamentos

Orientaçã... Técnicas

Outros Assuntos

Spam

Assunto Convocação 01/06/2016 - 10h

Remetente Letácio Tenório Guedes Jr &

Para ritacos@bol.com.br &

Cc John Kennedy Ferreira 1

Data 2016-05-30 15:03

20160530085340402.pdf

Rivaldo, Boa tarde

Estou lhe encaminhando Convocação para seu comparecimento aqui na CGE na próxima quarta 10h00. O objetivo é lhe comunicar do processo que foi aberto, quais os procedimentos, prazos que devem ser observados para sua ampla defesa.

att.

Letácio Tenório Guedes Jr Ger. Exec. Auditoria Auditor de Contas Públicas Controladoria Geral do Estado da Paraíba

cociciaria da Adm

PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício

Mensagem 4 de 4

E-mail

Catálogo de endereços

Configurações

Alterar sen

▼

Mover para...

Pastas

Caixa d...entrada (41)

Enviados Lixeira Spam

Assunto Convocação 01/06/2016 - 10h

De Letácio Tenório Guedes Jr 🏖

Para ritacos@bol.com.br &

Cópia John Kennedy Ferreira &

Data 2016-05-30 15:03

20160530085340402.pdf

Rivaldo, Boa tarde

Estou lhe encaminhando Convocação para seu comparecimento aqui na CGE na próxima quarta 10h00. O objetivo é lhe comunicar do processo que foi aberto, quais os procedimentos, prazos que devem ser observados para sua ampla defesa.

att.

Letácio Tenório Guedes Jr Ger. Exec. Auditoria Auditor de Contas Públicas Controladoria Geral do Estado da Paraíba

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Mensagem 186 de 291



Mensagens

Contactos

Definições

Alterar senha

mover para...

Pastas

A Receber (57)

Rascunhos

Itens Enviados

Reciclagem

Acesso Sistemas

Auditorias_2012

Comunicaç..._Auditores

IIA Audit...ia Interna

Medicamentos

Orientaçã... Técnicas

Outros Assuntos

Spam

Assunto Nova Convocação 03/06/2016 - 10h

Remetente Letácio Tenório Guedes Jr 🎩

Para ritacos@bol.com.br &

Data 2016-06-01 15:41

20160601052912472.pdf

Rivaldo, Boa tarde

Estou lhe encaminhando Convocação para seu comparecimento aqui na CGE na próxima sexta(03/06) ás 10h00. O objetivo é lhe comunicar do processo que foi aberto, quais os procedimentos, prazos que devem ser observados para sua ampla defesa.

Essa é segunda convocação que a Comissão faz e me enviou por não ter conseguido contato com você. Caso esteja com problema de saúde envia o atestado para justificar suas ausências.

att.

Letácio Tenório Guedes Jr Ger. Exec. Auditoria Auditor de Ćontas Públicas Controladoria Geral do Estado da Paraíba

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício RECURSOS

Mensagem 3 de 4

CODATA

Mensagens

Contactos

Definições

Alterar sente Fls. Sai

rnover para...

Pastas

A Receber (57)

Rascunhos

Itens Enviados

Reciclagem

Acesso Sistemas

Auditorias_2012

Comunicaç..._Auditores
IIA Audit...ia Interna

Medicamentos

Orientaçõ... Técnicas

Outros Assuntos

Snam

Assunto Convocação 10/06/2016 - 10h

Remetente Letácio Tenório Guedes Jr 🎩

Para ritacos@bol.com.br &

Cc kennedy@cge.pb.gov.br &

Data 2016-06-07 16:11

20160530085340402.pdf

Rivaldo, Boa tarde

Estou lhe encaminhando Convocação para seu comparecimento aqui na CGE no próximo dia 10/06(Sexta) 10h00. O objetivo é lhe comunicar do processo que foi aberto, quais os procedimentos, prazos que devem ser observados para sua ampla defesa.

14

att.

Letácio Tenório Guedes Jr Ger. Exec. Auditoria

Auditor de Contas Públicas

Controladoria Geral do Estado da Paraíba

csocialaria da Administração

ESTADO DA PARAIBA

RECURS

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Jumanos em Exercício

Mensagem 2 de 4

Alterar senha



CC

(3)		Mensagens	Contactos	Definições
DDATA				mover para

Assunto Convocação 22/08 - 10h **Pastas** Remetente Letácio Tenório Guedes Jr 🌡 A Receber (58) Para ritacos@bol.com.br & Rascunhos Data 2016-08-18 16:03 Itens Enviados Reciclagem 20160818092631955.pdf Acesso Sistemas Auditorias_2012 Comunicaç..._Auditores Prezado Rivaldo, Boa tarde IIA Audit...ia Interna Repasse em anexo convocação para seu comparecimento no dia 22/08 - 10h. Medicamentos Orientaçõ... Técnicas Outros Assuntos Spam Letácio Tenório Guedes Jr Ger. Exec. Auditoria Auditor de Contas Públicas Controladoria Geral do Estado da Paraíba Sacrataria da Administração ESTADO DA Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Mensagem 1 de 4

RECURSOS

Page 1

Estágio atual: Consultoria

Trâmites			
Data De	Remetente	Para	Comentário
11/04/2016 Solicita Abertura 11:18 OS Consultoria	Letácio Tenório Guedes Junior	Letácio Tenório Guedes Junior	
11/04/2016 11:18 Aprovação OS	Letácio Tenório Guedes Junior	ANA MARIA CARTAXO BERNARDO ALBUQUERQUE Gilmar Martins de Carvalho Santiago	
13/04/2016 10:10 Avaliação	ANA MARIA CARTAXO BERNARDO ALBUQUERQUE	Letácio Tenório Guedes Junior	
14/04/2016 Ger. Executivo - 17:34 Aprova	Letácio Tenório Guedes Junior	Letácio Tenório Guedes Junior FLAVIO MURILO MONTEIRO CAVALCANTI	
14/04/2016 Ger. Oper Inicia 17:34	Letácio Tenório Guedes Junior	Rivaldo Targino da Costa	
Responsáveis atuais pelo	Processo		
Nome			E-Mail
Rivaldo Targino da Costa	a		

Madam Brezusn Nadam Brezusn

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Page 1 39 Fis. 295

Tipo
Entidade a ser Auditada
Início da Atividades
Conclusão Prevista
Finalidade

OS - PT-1

Escopo e Objetivos - PT-2

Cronograma de Auditoria

Ordem de Serviço

Valor da OS

Diretorio

Relatório de Consultoria

Relat. Consultoria PDF

Término da Atividades

Ciclo

Prorroga?

Plano de Ação PT-15 (Até 2º Monitoramento)

Sarataria da Administração

ESTADO DA PARAIBA

Consultoria

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

12/04/2016

11/05/2016

"Atualizar a legislação base utilizada pelos Auditores da CGE, com os assuntos relacionados as atividades de Auditoria e Conformidade, inclusive de decisões do TCE e TCU aplicáveis a essas atividades."







35/2016

0.00

Leticia Temprio Guedes dunioria
Grene Frenchista (47.611.4

CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída conforme a Portaria nº. 0011/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 27/04/2016 e Prorrogado pela Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 29/06/2016, com base, no artigo 145 da Lei Complementar nº 58 de 30 de Dezembro de 2003, convida a Gerente da Gerência de Administração e Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Estado, a saber, a Sr. (a) GERTHA MARIA CRISPIN DE LUCENA, para se apresentar na Controladoria Geral do Estado da Paraíba, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa - PB, no dia 25/08/2016, às 14:00 PM para figurar como testemunha no Processo Administrativo nº 554/2016/CGE, bem como os processos administrativos nº 1017/2015/CGE e nº 1136/2015/CGE, que versa sobre eventuais condutas de infração administrativa de abando de cargo, conforme disciplinado pelo artigo 126 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, do Servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4.

João Pessoa, 23 de agosto de 2016.

Jacobi 2016

Atenciosamente,

John Kennedy Ferreira

Presidente da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício





Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado da Paraíba

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de 2016, compareceu perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída de acordo com a Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e Prorrogado pela Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, Publicada no DOE do dia 29/06/2016, com base, no artigo 145 da Lei Complementar nº 58 de 30 de Dezembro de 2003, a Gerente de administração da Controladoria Geral do Estado, a saber, o Sra. (a) GERTHA MARIA CRISPIM DE LUCENA, matricula nº.183.445-2, ocupante da função Gerente de Administração, RG nº. 6.71870 - SSP - PB, CPF nº. 250.967.704-78, residente e domiciliada na Rua Genésio Gambarra, nº 76, Bairro: Cruz das Armas, o qual consoante o Processo Administrativo Disciplinar nº. 554/2016/CGE, que passou prestar o depoimento nos termos que se seguem:

"Que é servidora do Estado desde o ano de 1986; que ocupa o cargo de Assistente Administrativo; que atualmente exerce a função de Gerente de Administração e Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Estado; que tomou conhecimento do processo administrativo nº 554 instaurado pela CGE pela mesma ser chefe do setor responsável pela área de Recursos Humanos; que ao assumir a função de Gerente em agosto de 2015 notou que o servidor era infrequente dentro de seu ambiente de trabalho e que estava sem exercer atividades dentro do ambiente laboral em decorrência das informações documentais advindas da Gerencia Executiva de Auditoria (Folha de Frequência); que ao longo de suas funções, dentro do período retro informado, não foi apresentado nenhum atestado ou

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício



licença pelo servidor RIVALDO TARGINO, para tratar de assuntos pessoais, que pudessem justificar sua ausência no serviço, com exceção da apresentada no mês de Janeiro e Julho do corrente ano; que nota que o senhor RIVALDO TARGINO, aparenta ter problemas de cunho pessoal, diante da desídia do mesmo em seu trato particular, sendo esta uma observação subjetiva sem cunho técnico; que conhece o servidor no ambiente de trabalho desde a época que assumiu a pasta no ano de 2015 e que o servidor sempre se mostrou infrequente nos dias normais de serviço; que ao longo do processo administrativo tentou inúmeras vezes contato com o servidor, através dos telefones informados em sua ficha funcional, porém sem obter êxito".

Em assim sendo nada mais acrescentar, nem tampouco lhe foi perguntado, sendo entregue ao depoente cópia termo prestado que segue como documento idôneo para a devida instrução do PAD em questão.

Ademais, encerra-se o presente termo, que vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

Depoente Matrícula nº. 183.445-2

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

Sandra Cristiane Guedes Scarano Pereira
Membro

escretaria da Administração

ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

) Licença:

2016/000620

lome:

RIVALDO TARGINO DA COSTA

Aatricula:

147.642-4 | CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tunção:

AUDITOR DE CONTAS PUBLICAS

Comunicamos a Vossa Senhoria que seu pedido de

Licença para Tratamento de Saúde

foi DEFERIDO conforme os dados abaixo:

THE OWNER OF THE OWNER O

Dias:

15 (QUINZE)

Data do Início:

11/01/2016

Retorno ao Trabalho:

26/01/2016

Segunda, 25 de Janeiro de 2016 12:16:46

Região: JOAO PESSOA

GERENCIA REGIONAL DE PERICIA MEDICA ... REGIONAL DE JOAO PESSOA

Especito M. Reitrac Fi

cocretaria da Administração

ESTADO DA PARAIBA

DE RECURSOS

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício 265





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GERÊNCIA CENTRAL DE PERICIA MEDICA

ID Licença:

2016/006299

Nome:

RIVALDO TARGINO DA COSTA

Matricula:

147.642-4 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Função:

AUDITOR DE CONTAS PUBLICAS

Comunicamos a Vossa Senhoria que seu pedido de Licença para Tratamento de Saúde

fol DEFERIDO conforme os dados abalxo:

Dias:

90 (NOVENTA)

Data do Inicio:

18/05/2016

Retorno ao Trabalho:

16/08/2016

Segunda, 25 de Julho de 2016 08:55:12

Região: JOAO PESSOA

ALDEICAO PESSOA

Maria das Graças Aquino I. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Hamanos em Exercício





CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Nota Técnica nº. 022/2016. Processo CGE nº. 85/2016.

Interessado: Rivaldo Targino da Costa

Assunto: Abono de faltas e ressarcimento de salários

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ABONO DE FALTAS. INCISO I DO ART. 41 DA LEI Nº 58/2003. INDEFERIMENTO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento oriundo do Auditor de Contas Públicas Rivaldo Targino da Costa, Matrícula 147642-4, protocolado nesta Controladoria Geral do Estado no dia 01 de fevereiro de 2016 às 16:30, requerendo o abono de faltas dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, bem como o do mês de janeiro de 2016, e, ainda, o ressarcimento dos salários correspondentes.

O processo foi instruído com os seguintes documentos: (i) Requerimento do auditor encaminhado a CGE/PB com a solicitação (fls. 01/02); (ii) Documentos inerentes a saúde do Requerente (fls. 03/07); (iii) Cópia dos contracheques de setembro a dezembro de 2015, e janeiro de 2016 (fls.08/12); Cópia da frequência de janeiro de 2016 (fls.13); (iv) Comprovante de Licença Médica do requerente (fls.14); (v) Encaminhamento a ASSEJUR para análise (fls.01); Despacho Assejur a GATI requerendo novos documentos (fls.15); (vi) Cópia das frequências de setembro a dezembro de 2015 (fls.16/19).

Eis o relatório, passemos a análise jurídica.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Ab initio, vale ressaltar que a CGE/PB é o órgão central de controle interno do Poder Executivo Estadual da Paraíba, além de atuar para apoiar o controle externo, tem à função de orientar a autoridade pública no sentido de evitar o erro, etetivar um controle preventivo, colher subsídios mediante o controle concomitante para determinar o aperfeiçoamento das/

ESTADO DA PARAIBA SO

Maria das Graças Koura T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício





CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

ações futuras e rever os atos já praticados para corrigi-los antes mesmo da atuação do controle externo em harmonia com os termos dos arts. 70 da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

É cediço que ao administrador público só cabe agir dentro dos estritos limites definidos pelo ordenamento jurídico, em homenagem à legalidade ampla, devendo observar, ainda, os administrativistas para dar legitimidade às suas ações.

O Requerente em sua petição inicial, alegou que é portador de um tumor no braço direito, tem dores nos dedos, que vem sofrendo com essas enfermidades, que não pode comparecer a CGE por alguns dias devido a doença, e requereu o abono de faltas e o ressarcimento dos salários.

Acerca do abono das faltas, podemos dizer que é a revisão do registro das faltas não justificadas na frequência do servidor, porém, esta se enquadra dentro do poder discricionário do gestor.

Pois bem, como demonstra os documentos encartados aos autos, notadamente as cópias da frequências, o servidor público requerente faltou muito ao trabalho nesta Controladoria Geral do Estado, vejamos:

- setembro/2015 ausente do dia 18 ao dia 30 (fls.16);
- outubro/2015 ausência integral (fls. 17);
- novembro/2015 ausência integral (fls.18);
- dezembro/2015 ausência integral (fls.19);
- janeiro/2016 ausente do dia 01 ao dia 26 (fls.13).

Não obstante, é bom ressaltar que consta nos autos documentos médicos que informam que o requerente possui sim, alguma enfermidade, como faz crer os documentos acostados às fls.03 a 07.

Destarte, deve-se ressaltar que o requerente usufruiu de licença médica por 15 (quinze) dias (fls.14), aliás, o atestado médico possui presunção de validade e idoneidade, até que se possa provar sua falsidade, devendo ser acatado por quem de direito.

Contudo, as demais faltas ao trabalho citadas acima, não foram justificadas documentalmente pelo requerente à época, portanto, acertadamente agiu sua Chefia Imediata (GEA) e o setor de recursos humanos da CGE (GATI), atestando sua ausência e aplicando os descontos dos salários referentes aos dias não trabalhados.

TIMUO DA PARAÍBA

Qui

2

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício





58/2003, que diz:

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Ademais, a GATI/CGE, agiu conforme o art 41 da Lei nº

"Art. 41 – O servidor perderá: I – a remuneração do dia em que faltar ao serviço"

Destarte, é de bom alvitre destacar, que o servidor requerente se ausentou do trabalho por longo período, podendo ser considerado como "abandono de cargo", no moldes do art. 126 da lei nº 58/2003, vejamos:

"Art. 126 – Configura abandono de cargo a ausência não autorizada ou injustificada do servidor ao serviço por trinta dias consecutivos ou mais."

Nesse sentido, em que pese as alegações suscitadas pelo requerente, faltar trabalho por quase 05 (cinco) meses sem respaldo legal pode justificar o abandono do cargo.

Não obstante, vale repisar que a Secretária-Chefe ou quem esta delegar poderes específicos, poderá, ser este for o seu douto entendimento, avocando o seu poder discricionário, abonar as faltas requeridas.

A discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. É, portanto, um poder que o direito concede administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando definidos em lei.

Ademais, a discricionariedade é sempre parcial e relativo, ou seja, não é totalmente livre, pois sob os aspectos de competência, forma e finalidade a lei impõe limitações, portanto, o correto é dizer que a discricionariedade implica liberdade de atuação nos subordinado aos limites da lei. O administrador para praticar um ato discricionário deverá ter competência legal para praticarlo, deverá obedecer à forma legal para realizála e deverá atender a finalidade que é o interesse público.

Du

3

Mana das Graças Aquino I. da Rocha
Rifetora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

•



CONTROLADORÍA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Os princípios da realidade e razoabilidade estão vinculados com os atos discricionários. O princípio da realidade disciplina a convivência real entre os homens e seus atos devem ser sustentados por uma norma. E a Administração deve apresentar condições mínimas para cumprir a finalidade de satisfação do interesse público. O princípio da razoabilidade confere que, a Administração deve atuar de modo racional e afeiçoar ao senso comum das pessoas, tendo em vista a competência recebida para tal prática. Aplica-se a todas as situações administrativas para que sejam tomadas decisões equilibradas, refletidas e com avaliação adequada da relação custo-benefício. Este princípio funciona como meio de controle dos atos estatais, através da contenção dos mesmos dentro dos limites razoáveis aos fins públicos, garantindo a legitimidade da ação administrativa.

Pois bem, haja vista o requerente ter alegado que estaria passando por momentos não tão bons, ou seja, que estaria doente, como também, ter tido dificuldades na sua casa, caso a autoridade competente entenda e queira, poderia avocar a discricionariedade e abonar tais faltas.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pela IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA do abono de faltas e o consequente ressarcimento dos salários descontados, por verificar que o requerente não justificou documentalmente sua ausência no trabalho.

É o parecer, salvo melhor juízo.

João Pessoa, 01 de março de 2016.

Júlio Cesar Lopes Serpa Assistente Jurídico da CGE Mat. 159.395-1 / OAB/PB 16.124

Encaminhe-se a Secrétaria Chefe desta CGE, para análise e deliberação.

ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício 1



Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Controladoria Geral do Estado

EXCELENTÍSSIMO SENHOR (a) SECRETÁRIO (a) CHEFE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

RELATÓRIO FINAL

I- RELATÓRIO / PARECER

Por determinação da Secretária Chefe da Controladoria Geral do Estado, foi designada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, e prorrogada através da Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, objetivando apurar a responsabilidade do incidente referente ao Processo nº 554/2016, bem como os processos Administrativos nº1017/2015/ CGE e nº 1136/2015/CGE. Reunidos, os membros da Comissão tomaram decisões, realizaram diligências e definiram datas para os procedimentos de praxe, objetivando a devida instrução do processo em epigrafe, dentre outras medidas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

II – LEGISLAÇÃO

É imperioso destacar que o regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da Administração direta e indireta do Estado da Paraíba, consubstanciado na norma contida no Art. 131, parte final, da Lei Complementar de nº. 58 de 30 de dezembro de 2003,

> DREJORIA DE PECURSOS ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício

bem como no artigo 5°, inciso LV, da Carta Magna, faculta ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

III - INSTRUÇÃO

A Comissão de Sindicância convocou por inúmeras vezes o servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula: 147.642-4, para proporciona-lo o direito consubstanciado na parte final do artigo 131 da Lei Complementar nº 58, de 30 de Dezembro de 2003, que assegura a ampla dessa e o contraditório ao acusado, conforme se comprova mediante documentação de fls. nº 06 usque 27 do processo em tela, bem como de demais testemunhas que se mostraram pertinentes convocar, conforme se comprova mediante documentação de fls. nº 29 e 39 do processo em epigrafe.

IV - ANÁLISE/COMENTÁRIOS DOS DEPOIMENTOS

Dos depoimentos requeridos com base no artigo 145 da legislação retro mencionada, foi aduzido o fato denunciado dentro dos limites dos seus conhecimentos, onde foram ouvidos, o Coordenador da Gerência Executiva de Auditora da Controladoria Geral do Estado e chefe imediato do servidor denunciado, a saber, o Sr. Letacio Tenório Guedes, matricula: 147.642-4; e Gertha Maria Crispin de Lucena, matricula: 183.445-2 Gerente de Administração e Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Estado.

Do depoimento do Sr. LETACIO TENÓRIO GUEDES, o mesmo disse: "Que é servidor desde o ano de 1997, na função Auditor de Contas Públicas; que atualmente exerce a função de Gerente Executivo de Auditoria; que tomou conhecimento do processo administrativo nº 554 instaurado pela CGE por ser o mesmo enefe imediato do Servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matricula:

Maria das Graças Aquino, I. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

TOURSOS HUST

147.642-4; que ao assumir a função de Gerente notou que o servidor era infrequente dentro de seu ambiente de trabalho e que estava sem exercer atividades dentro do ambiente laboral; que por este motivo solicitou a abertura Ordem de Serviço – OS, em 11/04/2016, devidamente autorizada pela Secretaria Chefe, para que o mesmo cumprisse a atividade dentro do prazo estabelecido, a saber, em 11/05/2016, conforme documento anexo, fls. nº 36 sendo infrutífera tal solicitação; que conhecia o servidor no ambiente de trabalho desde o ano que ingressou no serviço público e que o servidor RIVALDO TARGINO sempre se mostrou sem foco nas atribuições que são conferidas aos Auditores de Contas Públicas; que nota que o senhor RIVALDO TARGINO, aparenta ter problemas de cunho pessoal, haja vista, a desídia do mesmo, tanto no ambiente de trabalho, quanto em sua apresentação pessoal/profissional; que tal comportamento não condiz com o ambiente de trabalho; que ao longo do processo administrativo tentou inúmeras vezes contato com o servidor, porém sem obter êxito, conforme documentos apresentados; que ao longo dos anos que conhece o servidor sempre notou que o mesmo era infrequente ao serviço".

depoimento da Sra. GERTHA MARIA CRISPIN DE LUCENA, a mesma disse "Que é servidora do Estado desde o ano de 1986; que ocupa o cargo de Assistente Administrativo; que atualmente exerce a função de Gerente de Administração e Tecnologia da Informação da Controladoria Geral do Estado; que tomou conhecimento do processo administrativo nº 554 instaurado pela CGE pela mesma ser chefe do setor responsável pela área de Recursos Humanos; que ao assumir a função de Gerente em agosto de 2015 notou que o servidor era infrequente dentro de seu ambiente de trabalho e que estava sem exercer atividades dentro do ambiente laboral em decorrência das informações documentais advindas da Gerencia Executiva de Auditoria (Folha de Frequência); que ao longo de suas funções, dentro do período retro informado, não foi apresentado nenhum atestado ou licença pelo servidor RIVALDO TARGINO, para tratar de assuntos pessoais, que pudessem justificar sua ausência no serviço, com exceção da apresentada no mês de Janeiro e Julho do corrente ano, fls nº42 e 43; que nota que o senhor RIVALDO TARGINO, aparenta ter problemas de cunho pessoal, diante da desídia do mesmo em seu trato particular, sendo esta uma observação subjetiva sem cunho técnico; que conhece o servidor no ambiente de trabalho desde a época que assumiu a pasta no ano de 2015 e

ESTADO DA PARAÍBA Mana das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

que o servidor sempre se mostrou infrequente nos dias normais de serviço; que ao longo do processo administrativo tentou inúmeras vezes contato com o servidor, através dos telefones informados em sua ficha funcional, porém sem obter êxito".

V - CONCLUSÃO.

Assim sendo, após análise dos documentos prestados a esta comissão e por ocasião dos depoimentos constatou-se o seguinte:

• O elenco probatório declarado pelos depoentes e principalmente pela documentação apresentada pela ficha funcional do servidor acusado traz materialidade suficiente para apontar, num primeiro momento, infringência da norma contida no artigo 126, da Lei Complementar nº 58/2003, cujo conteúdo in verbis, dispõe:

> Art. 126 - Configura abandono de cargo a ausência não autorizada ou injustificada do servidor ao serviço por trinta consecutivos ou mais.

Ficou evidenciado inclusive após analise da ficha funcional do servidor e pelo relatório apresentados pelos setores da Controladoria Geral do Estado, Nota Técnica 022/2016/CGE, constante na fls. nº 44 usque 47, do processo em epigrafe, que o servidor RIVALDO TARGINO apresenta indícios de problemas de cunho particular e clinico, situação esta que seria imprescindível, de acordo com o artigo 148 da Lei Complementar nº 58/2003, submeter o acusado a exame por junta medica oficial, cujo conteúdo in verbis, dispõe:

Matia das Graças Aquino T. da Rocha

Art.148 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial,

Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Fils. Ld esta

da qual participe, pelo menos, um médico psiquiatra.

- É de bom alvitre destacar que o abandono de cargo é um ilícito administrativo que necessita de dois requisitos para resultar em demissão do servidor público. Um é o chamado requisito objetivo e está descrito no instrumento normativo retro mencionado (Art. 126 da LC/58/03). O outro é o requisito subjetivo estabelecido através da jurisprudência e também denominado de animus abandonandi;
- Outro ponto que merece destaque é que por serem descumpridas as normas de perícia médica, podem ser descontados os dias descobertos, nunca porém se irrogar a penalidade prevista para o abandono, porque neste caso evidentemente resta pendente a analise do elemento subjetivo;
- De acordo com a jurisprudência dos tribunais, é condição da analise de abandono de cargo a presença do "animus abandonandi", no qual, a intencionalidade (ou animus) é a vontade livre e predeterminada de abandonar o cargo público. Embora as ausências do servidor não estejam justificadas mediante devida autorização. A questão do quadro clínico do servidor acusado se mostra latente, merecendo tal situação ser apurada por profissionais da junta medica oficial competente;
- Evidenciou-se igualmente pelos documentos apresentados e pelas alegações dos depoentes que a Gestão procurou comunicação por diversas formas e vezes com o servidor acusado, porem sem obter êxito.

Maria das Graças Aquino I, da Rocha Difetora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

Societaria

ESTADO DA PARAÍBA

VI - PARECER

"Ex Positis" com respaldo nos fundamentos fáticos e legais, levando-se em consideração o que foi expresso pelo Saudoso Helly Lopes Meirelles,

Mestre do Direito Administrativo Brasileiro "in verbis": "O parecer tem caráter meramente opinativo não vinculando a administração ou os particulares a sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por atos subsequentes".

Neste sentido oferta-se parecer, a fim de que:

- Há procedência na denúncia em relação à ausência injustificada do servidor, compreendida pelo período do mês de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2015, ante a falta de justificativa de suas ausências, porém registre-se a ressalva da necessidade de submeter o servidor a analise por junta medica oficial, tendo em vista o eventual problema que se demonstrou, conforme depoimentos em anexo, bem como os inúmeros atestados, do processo em epigrafe, em perfeita consonância com o que dispõe o já mencionado art. 148 da Lei Complementar nº 58 de 30 de dezembro de 2003, para confirmação da intencionalidade de abandono de cargo.
- II. É imperioso destacar que as informações constantes no item anterior, foram disponibilizadas através da ficha funcional do servidor RIVALDO TARGINO, no qual foi solicitada por esta comissão através do memorando nº 001/2016, constante na folha 05 do processo em questão.
- Diante dos depoimentos ofertados e pela documentação comprobatória que III. constam nos autos do processo, foi possível extrair indícios que levassem a apontar a desídia do servidor para com o serviço público, porem tal questão merece ressalva, em face da pendencia do elemento subjetivo da intencionalidade de abandono de cargo por livre e predeterminada vontade.

Após o seguimento das devidas instruções, salvo melhor juízo, que seja aplicado IV. a pena prevista no artigo 120, inciso II, pela pratica de abandono de cargo, sendo tal ato exercido pela autoridade nomeante, conforme disciplinado no artigo 129, inciso I ambos da Lei Complementar nº 58 de 30 de dezembro Lei de 2003,

ESTADO DA

dispondo respectivamente:

Maria das Graças Aguino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos

Humanos em Exercício



Art. 120 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - "Omissis"

II – abandono de cargo

Art. 129 – As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pela autoridade que nomeou, concedeu a aposentadoria ou pôs em disponibilidade, quando se tratar de demissão, destituição de cargo em comissão, cassação aposentadoria ou de disponibilidade.

É o Relatório.

À apreciação superior.

João Pessoa, 29 de agosto de 2013.

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Jarineide Pinheiro de Lima Membro

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira Membro

ESTADO DA PARAÍBA OF RECURSOS

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Hymanos em Exercício



Controladoria Geral do Estado Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos 29 (Vinte e nove) dias do mês de Agosto, às 15:00 horas, na sede da Controladoria Geral do Estado, situada na Av. Rio Grande do Sul, nº 1280, bairro dos estados, João Pessoa – PB, a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº 011/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016, e prorrogada através da Portaria nº 0017/2016/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, presentes os seus membros, encerram os trabalhos da referida comissão relativos ao Processo Administrativo Disciplinar nº 554/2016/CGE.

Lavrei o presente termo que vai assinado pelos membros da Comissão Sindicante.

Respeitosamente,

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

Jarineide Pinheiro de Lima

Membro

Sandra Cristiane G. Scarano Pereira

Membro

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Mumanos em Exercício

F RECURSOS.



Controladoria Geral do Estado Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

ERRATA

Nos memorando expedidos, houve uma desprogramação dos números expedidos, tendo alguns sido expedidos de igual numero, porém o conteúdo versado em todos se encontra em perfeita consonância com o requisitado com o intuito de instruir da melhor forma possível o processo administrativo disciplinar de nº 514/2016/CGE,

João Pessoa, 02 de setembro de 2016.

Respeitosamente,

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Munanos em Exercício



Controladoria Geral do Estado Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

TERMO DE REMESSA

Aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2016, com um pequeno atraso, faço remessa dos autos do Processo nº 554/2016, bem como cópia dos processos Administrativos nº1017/2015/ CGE e nº 1136/2015/CGE à Exma. Sra. Secretaria Chefe da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, para fins de direito.

João Pessoa, 02 de setembro de 2016.

Respeitosamente,

John Kennedy Ferreira Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

.



	HA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO 534/2016 Fis. One
	PREFIXO/NÚMERO
	A ASEIME
	Para o Lue Comur.
,	10.06/09/2016
	Chen h V & 3
	Ana Maria Cartaxo B. Albuquerque Secretària Chefe da
	Controladoria Geral do Estado
	40 6SC com Dospacho Asseja
	Nº 078/2016 em anexo.
	1. Pesste, 12.09.16
	1.12530 1 (0.09). 10
	be.
4-1	Juliq Ceyar Lopes Serpa
	Assistente Juridico da CGE
	OAB/PB 16 124
1 41	
•	
	da Ad
	Sacretaria da Administra
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
	RECURSOS Maria das Graças Aquino I. da Rocha Diretora Executiva de Recursos
2	Maria das Grass Aguina I de Deste
	Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora/Executiva de Recursos Hymanos em Exercício
	Thinains em Exercicio



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DA SECRETARIA CHEFE

Ofício Nº 1432/2016/GSC/CGE

João Pessoa, 12 de setembro de 2016.

Ao Senhor
RIVALDO TARGINO DA COSTA
Auditor de Contas Públicas/CGE
Nesta

Referência: Portaria nº 011/2016/GSC/CGE

Senhor Auditor,

Ao cumprimentá-lo, em atenção ao expediente em epigrafe, protocolizado nesta Controladoria sob nº 554/2016, encaminhamos em anexo cópia do Despacho ASSEJUR nº 028/2016 e Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/CPAD, que trata de manifestação acerca do Relatório Final da supracitada Comissão.

Atenciosamente,

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

Secretária Chefe

Directora Executiva de Humanos em Exercício Humanos

DE RECURSOS

caciataria da Administração

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA Av. Rio Grande do Sul, 1280 — Bairro dos Estados João Pessoa-PB 58030-021 (83) 3218-7537

Envicado pelo Correio no dia 21/09/16 -

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Directora Executiva de Recursos



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Despacho ASSEJUR nº. 028/2016.

Processo CGE nº. 554/2016

Interessado: Rivaldo Targino da Costa

Assunto: Manifestação sobre o Relatório Final da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar.

Trata-se de processo administrativo oriundo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, informando que encerrou o PAD, instaurado pela Portaria nº 011/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e prorrogado pela Portaria nº 0017/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, apresentando o Relatório Final (fls.48/55)

Destarte, opinamos no sentido de notificar o auditor processado para ter total conhecimento do Relatório Final da CPAD, e, apresentar no prazo de 10 (dez) dias o que entender necessário sob pena de sofrer penalidade apontada no referido relatório CPAD.

Sub Censura, é o nosso entendimento, que ora submetemos à consideração da autoridade superior desta CGE/PB, S.M.J.

João Pessoa, 06 de setembro de 2016.

Júlio Cesar Lopes Serpa
Assistente Jurídico da CGE

Mat. 159.395-1 -\OAB/PB N° 16.124

Aprovo o Despacho nº. 028/2016.

Encaminhe-se a Secretária Chefe desta CGE, para análise e deliberação.

Givonado Rosa Rufino

Coordenado Jurídico da CGE

Mat. 166.470-1 - OAB/PB 15.009

ESTADO DA PARAIBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Munanos em Exercicio



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Despacho ASSEJUR nº. 028/2016.

Processo CGE nº. 554/2016

Interessado: Rivaldo Targino da Costa

Assunto: Manifestação sobre o Relatório Final da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar.

De acordo com o Despacho nº. 028/2016 que ora ratifico. Remetam-se cópias do Despacho e Relatório Final da CPAD a Rivaldo Targino da Costa, para conhecimento e adoção das providências necessárias que entender de direito.

João Pessoa, 06 de setembro de 2016.

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE Secretária-Chefe da CGE

ESTADO DA PARAIBA SA Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

Rascunhos

Spam Enviados

Lixeira

E-mail

Catálogo de endereços

Configurações

Alterar senha

Sair

Mover para...

Pastas

Calxa de entrada

Assunto Ofício nº 1432/2016/GSC/CGE

De, GEORGIAKARLA@cge.pb.gov.br &

Para ritacos@bol.com.br & Data 2016-09-14 09:16

1432 - rivaldo targino proc 554.16.pdf

Bom dia Sr. Rivaldo Costa

De ordem da Senhora Secretária Chefe desta CGE, encaminhamos em anexo Ofício n^o 1432/2016/GSC/CGE, COM cópia do Despacho ASSEJUR n^o 028/2016 e o Relatório Final da CPAD.

Por favor confirmar o recebimento deste email.

Att.

Georgia Farias - Secretária do Gabinete

3218-7533

ESTADO DA PARAÍBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Diretora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício

Mensagem 3 de 208

Assunto Endereço servidor Rivaldo

De <gertha@cge.pb.gov.br>

Para GEORGIA KARLA MENDES FARIAS <georgiakarla@cge.pb.gov.br>

Data 15-09-2016 09:31

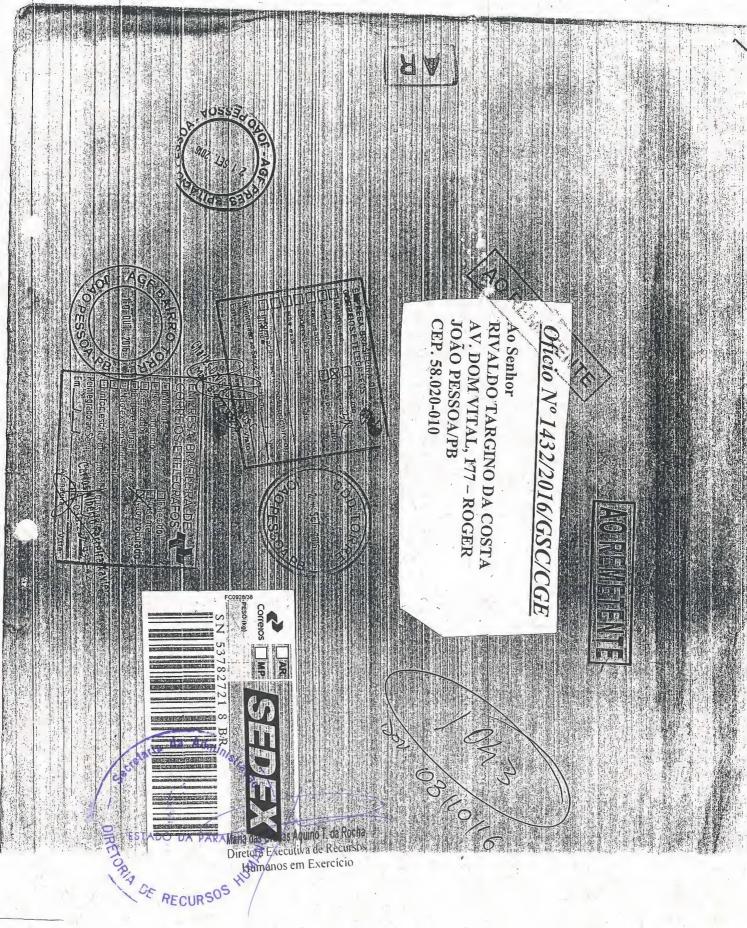
O endereço que consta do cadastro de pessoal



Endereço	Bairro .
AV DOM VITAL 177	ROGER
CEP Estado	Cidade
58.020-010 PB	JOÃO PESSOA









GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA . CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

PROCESSO

554/2016

PREFIXO/NÚMERO



THETINOMOMERO
De orden a Asyur plexame.
Ludones que a civia de Donnacha
chegou en mars do serridor
Elegou en mais do servider
Foi emia do por e-mail (flo 62),
reprincip.
Execusive houses well conscions
minimized for sugar the contract minimized
des correis (fla 64).
dis consus (fla 64).
13/40/16
Valéria Rielfo
Chafe de Gabinete da CGE

ESTADO DA PARAIBA

Directora Executiva de Recursos
Humanos em Exercício



NTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Despacho ASSEJUR nº. 035/2016.

Processo CGE nº. 554/2016

Interessado: Rivaldo Targino da Costa

Assunto: Aplicação da Penalidade imposta no Relatório Final da

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Trata-se de processo administrativo oriundo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, informando que encerrou o PAD, instaurado pela Portaria nº 011/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 27/04/2016 e prorrogado pela Portaria nº 0017/GSC/CGE, publicada no DOE do dia 29/06/2016, apresentando o Relatório Final (fls.48/55).

Nesse sentido, esta CGE, visando sempre atender os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, ofertou prazo e oportunidade ao auditor processado se manifestar sobre o relatório final da CPAD, conforme demonstra o Ofício Nº 1432/2016/GSC/CGE (fls.59) e Despacho ASSEJUR nº 02/2016 (fls.60).

Destarte, o processado se manteve inerte e não se manifestou nos momentos a ele oportunizados, como demonstra claramente o despacho da Chefia de Gabinete da CGE (fls.65), c/c os documentos insertos às fls.62/64.

Diante do exposto, opinamos no sentido em dar continuidade ao parecer conclusivo da CPAD, aplicando a penalidade prevista no inciso II do artigo 120 da LC nº 58/2003.

Sub Censura, é o nosso entendimento, que ora submetemos à consideração da autoridade superior desta CGE/PB, S.M.J.

João Pessoa, 14 de outubro de 2016.

Júlio Cesar Lopes Serpa Assistente μυπαίου αα - Assis Assistente Jufídico da CGE

ESTADO DA PARAÍBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Humanos em Exercício

ONTROLADORIA GERAL DO ESTADO ASSESSORIA JURÍDICA

Aprovo o Despacho nº. 035/2016.

Encaminhe-se a Secretária Chefe desta CGE, para análise e deliberação.

Givona do Rosa Rufino

Coordenador Jurídico da CGE Mat. 166.470-1 - OAB/PB 15.009

De acordo com o Despacho nº. 035/2016 que ora ratifico. Remetam-se os autos a SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD para conhecimento e aplicação da penalidade, se entender de direito.

João Pessoa, 14 de outubro de 2016.

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE Secretária-Chefe da CGE

flu h Vis

ESTADO DA PARAJEA O Maria das Graças Aquino T. da Rocha
Direjora Executiva de Recursos
International Exercício





15020368-6

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DA SECRETARIA CHEFE

Ofício Nº 1765/2016/GSC/CGE

João Pessoa, 07 de novembro de 2016.

A Sua Excelência a Senhora LIVANIA MARIA DA SILVA FARIAS Secretaria de Estado da Administração Nesta

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar

A/Ao DEREH
De ordem, para as providências cabíveis.

Jesualda Maria Apolinário Chere de Gabinete - SEAD/PB

Senhora Secretária,

Ao cumprimentá-la, encaminhamos em anexo para as devidas providências autos do Processo CGE nº 554/2016, tendo como parte inclusa Despacho ASSEJUR nº 035/2016, exarado pela Assessoria Jurídica desta Controladoria, referente à aplicação de penalidade ao ACP RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula 147.642-4, relativa ao Processo Administrativo Disciplinar.

Atenciosamente,

ANA MARIA CARTAXO B. ALBUQUERQUE

Secretária Chefe

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Hymanos em Exercício

StaimbA

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA Av. Rio Grande do Sul, 1280 – Bairro dos Estados João Pessoa-PB 58030-021 (83) 3218-7537





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO № 303/DEREH/SEAD Em: 09/11/2016

DE:	MARIA DAS GRAÇAS AQUINO TEIXEIRA DA ROCHA Diretora Executiva de Recursos Humanos
PARA:	LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS Secretária de Estado da Administração
ASSUNTO:	CIÊNCIA

Senhora Secretária,

Conforme Relatório da Comissão de Inquérito Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para CIÊNCIA quanto ao envio para o Senhor Governador, Ato Governamental, referente à Pena de Demissão do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula nº 147.642-4, Auditor de Contas Públicas, lotado na Controladoria Geral do Estado.

Atenci samente,

MARIA DAS GRAÇAS AQUINO T. DA ROCHA

Diretora Executiva de Recursos Humanos

BAS/T A

ESTADO DA PARAIBA SO RECURSOS HILIANO T. da Rochi

Maria das Graças Aquino T. da Rocha Diretora Executiva de Recursos Húmanos em Exercício Judgeter as to the late of the





1.81.

GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

Officio nº 579/2016/DEREH/SEAD

João Pessoa, 09 de novembro de 2016.

À Senhora

IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI

Assistente Técnico Especializado do Governador Secretaria de Estado do Governo NESTA/

Prezada Senhora,

De ordem da Senhora Secretária desta Pasta, encaminhamos em anexo, para despacho com o Senhor Governador, e posterior publicação no Diário Oficial do Estado, Ato Governamental referente a Pena de Demissão do servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, matrícula nº 147.642-4, Auditor de Contas Públicas, lotado na Controladoria Geral do Estado.

Atenciosamente.

MARIA DAS GRAÇAS AQUINO T. DA ROCHA Diretora Executiva de Recursos Humanos

ESTADO DA PARAÍBA

Maria das Graças Aquino T. da Rocha

Centro Administrativo - Bloco Maria das Graças Aquino I. de Recursos

Direjora Executiva de Recursos

Centro Administrativo - Bloco Maria PArda Fxercicio

(83) 3218-4610 - Fax: 3218-4609 Av. João da Mata S/N - CEP: 58.015-900 - Jaguaribe - João Pessoa/PB

mvlas

HG. 2.226 DOE 12.11-16 Vera dijua 50





Ato Governamental n.º 2.226 João Pessoa, 11 de novembro de 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria Geral do Estado, constantes dos Processos nºs 16.020.368-6/SEAD e 554/CGE/2016;

R E S O L V E aplicar a pena de DEMISSÃO ao servidor RIVALDO TARGINO DA COSTA, Auditor de Contas Publicas, matrícula nº 147.642-4, lotado na Controladoria Geral do Estado, com fulcro no que dispõe o Artigo 126, incisos II e XI, bem como o disposto no art. 107, inciso XVII, todos da Lei Complementar n.º 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador

Certifico, para os devidos fins, que este ATO GOVERNAMENTAL for publicado no DOE, Nesia Data 12 111 12016

(leta lucia sai Gerência Executiva de Registro de Atos e Lagislação da Casa Civil do Governador

cscelaria da Administraç

ESTADO DA PARAIBA Maria das Graças Aquino T. da Rocha

Diretora Executiva de Recursos OF RECURSOS Humanos em Exercício

Page: 1 Document Name: untitled CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - N RHAFM020 SAD020 SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS FUNCIONAIS II Matricula - 147.642-4 Nome - RIVALDO TARGINO DA COSTA - 030 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO Und. Orcamentaria - 030 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO Atividade - 2074 Opcao de Contribuicao sobre Remuneracao Total: Unidade Trabalho - 05008-00 GER EXEC AUDITORIA DE GESTAO Cidade Trabalho - 200 JOAO PESSOA Orgao do Reg. -Conta Bancaria Orgao Externo -Banco ---1 Situacao - 28 DEMITIDO COM JUSTA C Agencia - 4020 Prazo - 27874 Numero 2 Dt. Afast. - 12/11/2016 Ferias Motivo Afast. -Ensino Dt. Aposent. -Tipo Aposent. - ************* Salario Indice Fin.

Marca Pagto Concluido -

PF3 - Retorna PF5' - Cargo Ccomissionado

PF7 - Anotacao PF9 - Encerra

Data Aposent. Inv.-

Data Reversao - Marc Sit. Reversao - Dt.Deslig.F:

Marca Alter. - :

GOARDI,

Met. 78,688 - 6

escribaria da Administra ESTADO DA PARAÍBA Maria das Statas Aquino I. da Rocha mana was wayas Alama + wa nuwa Direlo a Executiva de Recursos cimatos en Exercicio DE RECURSOS

Date: 16/11/2016 Time: 12:36:14







DB Matriz: BR 376, 10.500 · Crezexto · São José dos Pinhais/PR · 83010-500 · Fone: 41 3299-340 · Fax: 41 3299-34

DB Melecular: Rua João Ramalho, 1299 · Perdizes · São Paulo/SP · 05008-002 · Fone: 11 3868-98

DB Pate/egia: Av. Monsonhor Mayoro Vallini, 767 · Jd. Santa Esmeralda · Sorocaba/SP · Fone: 15 3226-8847 / 15 3411-88

Paciente: RIVALDO TARGINO DA COSTA

Apoiado: 3605 - HEMATO

Solicitante: CRM PR 0

NAO INFORMADO

Cidade/UF: JOAO PESSOA/PB

Idade: 57a Cód. apoiado: 000-17711-270 Pedido: 1021351;

ANTICORPOS ANTI CHIKUNGUNYA IGG E IGM

Anticorpos IgG:

5;66

Anticorpos IgM:

2,17

Valor de referência

Negativo...: Inferior a 0,90 Inconclusivo: 0,90 a 1,10 Positivo...: Superior a 1,10

Negativo...: Inferior a 0,90 Incomplusivo: 0,90 a 1,10 Positivo...: Superior a 1,10

* Fonte: Bula do fabricante

Caso o resultado do teste seja inconclusivo, recomenda-se nova coleta para repetir o exame no intervalo de 2 a 4 semanas. Se o resultado do segundo teste também for inconclusivo - 6 considerado negativo.

Método..: ENZIMAIMINOENSAIO

Material: SORO

Cadastro(27/56/2016 14:51)

Assinado eletronitamente em: (05/07/2016 17:34) por Dr. Jordam Wilson Lourenço - GRBM: 24.020

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que de foi do Pessoa-PB 03/10/7017 15:43:51

José Francisco da Silva - Servente
[2017-052310] EPOL:R\$ 2 of FANTEN:R\$ 0,27 FE Jas 6,40

SELO DIGITAL: AFU71914-ANTU

Confira a autenticidade em https://selodig/tal.tph.



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para fins de direito que o paciente		,
matrícula nº <u>14年 6kえ- 4</u> lotado no(a) <u>Control</u> foi atendido neste serviço, portador(a) do CID / 65A	92	
não apresentando condições para trabalhar pelo período c dias, a partir desta presente data.	e 90	(roverta)
João Pessoa, 16 de	8	de 20 <u>1 6</u>
Assinatura do Méd	co - CRM e Ca	arimbo





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

ATESTADO MÉDICO

matrícula nº	lotado no(a)
foi atendido neste serv	riço, portador(a) do CID / 65
não apresentando con	dições para trabalhar pelo período de 90 (20 vento)
dias, a partir desta pre	sente data.
	João Pessoa, 14 de11 de 2016
	N na
	Allopor.